



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 221

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2020

ANO IX



### SUMÁRIO

<b>TAQUIGRAFIA .....</b>	<b>Capa</b>
<b>SECRETARIA GERAL .....</b>	<b>2624</b>
<b>PRIMEIRA SECRETARIA .....</b>	<b>2624</b>
<b>DEPARTAMENTO LEGISLATIVO .....</b>	<b>2624</b>
<b>SEC. DE PLAN. E ORÇAMENTO .....</b>	<b>2628</b>
<b>ADVOCACIA GERAL .....</b>	<b>2629</b>

### TAQUIGRAFIA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 080/2020

EM: 02.12.2020

INÍCIO: 10h

PRESIDENTE: SR. JEAN OLIVEIRA  
SR. CHIQUINHO DA EMATER  
SR. CIRONE DEIRÓ

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de cerimônias) – Senhoras e senhores, bom dia. Sejam todos bem-vindos. A Assembleia Legislativa, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jean Oliveira, após aprovação em ata pela Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realiza Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 080/2020, que "Altera os limites da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim, cria o Parque Estadual Ilha das Flores, o Parque Estadual Abaitará, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro, a Reserva de

Desenvolvimento Sustentável Rio Machado e a Reserva de Fauna Pau d'Óleo e revoga o artigo 8-A da Lei Complementar nº 633, de 13 de setembro de 2011, bem como a Lei nº 1.146, de 12 de dezembro de 2002 e dá outras providências."

Para compor a Mesa dos trabalhos que presidirá esta Audiência Pública, convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Jean Oliveira, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Convidamos ainda o Excelentíssimo Senhor Deputado Laerte Gomes, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Chiquinho da Emater, membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Convidamos ainda o Excelentíssimo Senhor Deputado Cirone Deiró, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Excelentíssimo Senhor Defensor Público Dr. Sérgio Muniz Neves, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE.

Senhor José de Arimateia da Silva, Vice-Presidente da Emater/Rondônia.

Convidamos ainda o Senhor Edson Afonso, Diretor Ambiental da Federação da Agricultura e Pecuária de Rondônia – FAPERON.

Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jair Montes, líder do Governo.

Convidamos os demais Deputados que estiverem na Casa para se fazerem presentes no Plenário.

Nós gostaríamos de registrar e agradecer a presença do Excelentíssimo Senhor Ezequiel Neiva, Deputado Estadual; Excelentíssima Senhora Cassia Muleta, Deputada Estadual; Excelentíssimo Senhor Dr. Neidson, Deputado Estadual; Excelentíssimo Senhor Adelino Follador, Deputado Estadual; Excelentíssimo Senhor Aécio da TV, Deputado Estadual, que estão presentes nesta Audiência Pública.

Neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Jean Oliveira, proponente desta Audiência Pública, fará a abertura.

#### MESA DIRETORA

Presidente: LAERTE GOMES  
1º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON  
2º Vice-Presidente: CASSIA MULETA

1º Secretário: ISMAEL CRISPIN  
2º Secretário: DR. NEIDSON  
3º Secretário: GERALDO DA RONDÔNIA  
4º Secretário: EDSON MARTINS

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Hélder Risler de Oliveira*  
Departamento legislativo - *Ronilson Melo da Cruz*  
Divisão de Publicações e Anais - *Eloy Santana Leônico Almeida*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria  
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública "Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 080/2020".

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Neste momento, convidamos todos os presentes para que, de pé, cantemos o Hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim Araújo Lima e música do Doutor José Melo e Silva)

### **(Execução do Hino Céus de Rondônia)**

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Bom dia a todos. Quero iniciar os cumprimentos ao Senhor Deputado Presidente da Casa, Deputado Laerte Gomes. Obrigado pela presença nesta reunião da Comissão de Meio Ambiente, onde nós estamos realizando, neste momento, Audiência Pública. Cumprimentar e agradecer a presença do Senhor Deputado Chiquinho da Emater; cumprimentar e agradecer a presença do Senhor Deputado Cirone Deiró, Presidente da Comissão de Agricultura; cumprimentar e agradecer ao Excelentíssimo Senhor Defensor Público Dr. Sérgio Muniz Neves; agradecer e cumprimentar o Senhor José de Arimateia, Vice-Presidente da Emater do Estado de Rondônia; agradecer e cumprimentar o Senhor Edson Afonso, Diretor Ambiental da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia; agradecer e cumprimentar o Deputado Jair Montes, líder do Governo; agradecer e cumprimentar o Senhor Elias Rezende, Diretor- Geral do Departamento de Estradas de Rodagens – DER; agradecer ao Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson Pereira, ao Senhor Deputado Aécio da TV, à Senhora Deputada Cassia Muleta, ao Senhor Deputado Adelino Follador, ao Senhor Deputado Dr. Neidson. Cumprimentar e agradecer, também, ao Prefeito eleito de Nova Mamoré, Marcélio Brasileiro; cumprimentar e agradecer ao Senhor Vereador André do Sindicato, da Câmara Municipal de Nova Mamoré; cumprimentar e agradecer ao Senhor Roni Irmãozinho, Prefeito de Buritis; cumprimentar e agradecer ao Senhor Vereador Valberto de Oliveira, da Câmara Municipal de Nova Mamoré; também agradecer ao Senhor Artur Pires, Advogado da Associação dos Produtores Rurais Terra Roxa; Senhor Joadir Luiz de Lima, representante da Organização dos Seringueiros de Rondônia. Cumprimentar e agradecer ao Senhor Heliton Gavião, coordenador dos povos indígenas do Estado de Rondônia. Cumprimentar e agradecer à Senhora Laura Vicunã Pereira Manso, representante da Coordenação do Conselho Indígena Missionário de Porto Velho; cumprimentar e agradecer à Senhora Luciana Oliveira, da Comissão Nacional de Blogueiros de Rondônia. Cumprimentar e agradecer ao Senhor Ramires Andrade, Advogado da Kanidê – Associação de Defesa Etnoambiental; agradecer e cumprimentar o Senhor Amilton da Silva, Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Minas Novas. Agradecer e cumprimentar o Senhor Hueriqui Charles, Diretor Executivo, representante da Sedam. Agradecer e cumprimentar o Senhor Aronildo Rodrigues, Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Terra Roxa; agradecer e cumprimentar o Senhor Rodrigo Flávio, Coordenador de Agendas Relativas, representante da Casa Civil; agradecer e cumprimentar a Senhora Ivaneide Bandeira Cardozo, Coordenadora da

Associação da Defesa Etnoambiental Kanidê de Porto Velho/RO; agradecer à Senhora Eva Lídia, advogada da Federação da Agricultura do Estado de Rondônia – FAPERON. Agradecer e cumprimentar o Senhor Renan Maldonado, advogado da Associação dos Produtores Rurais de Jacinópolis; agradecer e cumprimentar João Marcelo da Silva, Presidente da Associação Renascer Apará, do Distrito de União Bandeirantes; agradecer e cumprimentar o Senhor Leonardo Iraiore, técnico florestal da Associação dos Produtores Rurais Terra Roxa; cumprimentar e agradecer a presença do Senhor Dr. Hélio Belotti, advogado da Associação dos Produtores Rurais de Minas Novas; agradecer a presença e cumprimentar o Vereador Tiãozinho, de Porto Velho. E cumprimentar e agradecer ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Leomar Patrício, do Município de Machadinho d'Oeste. Agradecer aqui também Josep Iborra Plans, articulador da Amazônia, da Comissão Pastoral da Terra. Também o Senhor Bruno Góes, advogado da Associação Aspracam. Todos cumprimentados. Quero cumprimentar também aqueles que estão nos acompanhando pelo telão, aqueles que estão nos acompanhando de forma remota pelos links de acesso desta Audiência Pública.

É uma satisfação poder estar realizando esta Audiência Pública com o intuito de tornar o mais transparente e democrático possível esse debate. Um debate muito importante para o meio ambiente, para a agricultura, para Rondônia, para o Brasil.

Eu quero rapidamente, vou já passar a palavra para o Presidente, que tem um compromisso e nos honra aqui com a sua presença. Eu quero fazer aqui, Presidente, para que todos saibam: nós estamos fazendo uma Audiência Pública para tratar sobre o PLC 080/2020. O PL 080/2020 — na verdade, um Projeto de Lei Complementar — chegou a esta Casa em 22.09.2020, aportou nesta casa de Leis o Projeto de Lei Complementar nº 80/2020, por meio da Mensagem do Poder Executivo nº 204. O referido Projeto de Lei Complementar altera os limites da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim, e cria o Parque Estadual Ilhas das Flores, o Parque Estadual Abaitará, a Reserva de Desenvolvimento Limoeiro, a Reserva de Desenvolvimento Rio Machado e a Reserva de Fauna Pau d'Óleo.

Em 20.10.2020 este Projeto de Lei Complementar foi distribuído na CCJR, tendo como relator o Deputado Adelino Follador.

No dia 26.10.2020, através do ofício Ale-2474/2020, conforme Requerimento nº1273/2020 de autoria do Deputado Jair Montes, requer à Sedam informações detalhadas em mapas a respeito do presente projeto. Também foram requeridas através do ofício Ale-2476/2020, em respeito ao Requerimento nº 1275/2020, também do nobre Deputado Jair Montes que requer informações detalhadas de mapas em PDF e arquivos no formato *Shapefile* das novas limitações do parque de Guajará-Mirim.

O Relator Deputado Adelino Follador, ofereceu Emenda que suprime os artigos 11,12 e o parágrafo único do Projeto de Lei Complementar nº080/2020. Ambos os artigos dizem respeito a criação da Reserva de Desenvolvimento Rio Machado.

O relator apresentou uma segunda Emenda que suprime os artigos 3º, 4º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 13, 14, 15 e 16, que criam o Parque Estadual Ilhas das Flores, no Município de Alta Floresta; o Parque Estadual Abaitará, no Município de Pimenta Bueno; a Reserva de Desenvolvimento Bom Jardim, no

Município de Porto Velho; a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro, no Município de São Francisco do Guaporé e a Reserva de Fauna Pau d'Óleo, no Município de São Francisco do Guaporé.

O Relator apresentou, no dia 24.11.2020, parecer favorável com as Emendas acima citadas. Tanto o parecer quanto as Emendas foram aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação – CCJR. Estiveram presentes e votaram, o Relator e os Deputados: Anderson Pereira, Aécio da TV, Jean Oliveira e Ismael Crispin, e o Deputado Chiquinho da Emater absteve-se de votar.

No dia 25.11.2020, o Projeto de Lei foi distribuído a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo como Relator o Deputado Jean Oliveira, que deverá emitir parecer quanto ao mérito das referidas matérias que posteriormente será votado por esta Comissão.

Quero aqui dizer que, na condição de Relator da matéria, requeri esta Audiência Pública — como falei no início da minha fala — para que a gente possa discutir isso de forma transparente e democrática. Quero lembrar que a Comissão temática para o assunto é a Comissão de Meio Ambiente. Mas lembrar que qualquer alteração feita por esta Comissão, ainda que de forma regimental, deverá ser submetida novamente à Comissão de Constituição e Justiça.

Então, nós estamos aqui para ouvir os interessados, aqueles que se julgam desfavorecidos. Nós estamos aqui para ouvir o setor produtivo; nós estamos aqui para ouvir as questões ambientais; tudo isso para que, no final, nós possamos nos enriquecer de conteúdo e, ao final, fazermos aquilo que é mais justo e correto para o povo do Estado de Rondônia, para o Estado de Rondônia. Que o nosso grande objetivo é tomar uma decisão, aqui, que seja no consentimento do que for melhor para o nosso Estado.

Então, fica aqui explanado os reais motivos desta Audiência Pública.

E, neste momento, passo a palavra aqui para uma rápida fala do nosso Presidente, Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Bom dia a todos. Primeiramente cumprimentar aqui e parabenizar o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, Deputado Jean Oliveira, e todos os membros da Comissão por terem a iniciativa de realizar esta Audiência Pública para dar transparência e oportunidade de todos se manifestarem no PLC 080/2020.

Cumprimentar aqui as demais autoridades na Mesa, os nossos colegas deputados, os nossos colegas convidados, Dr. Sérgio, da Defensoria Pública e o José de Arimateia, da Emater. Não vejo a Sedam aqui presente, não sei se está aqui ou não. Se não está: é lamentável, porque foi quem construiu o Projeto através do Poder Executivo. Está ali, Hueriqui? Ah, o Hueriqui está aqui. Cumprimentar o Hueriqui. Deveria estar o Secretário, pela importância, Hueriqui, da matéria, dessa matéria — ou o Secretário Adjunto —, pela importância desse PLC.

Cumprimentar aqui o Diretor-Geral do DER, Elias Rezende, que na época, então, diretor da Sedam, construiu esse projeto, juntamente com os técnicos, ouvindo também as comunidades presentes. Cumprimentar a todos os representantes que se fazem presentes, de associações, de entidades, que estão aqui, os nossos demais colegas deputados estaduais, prefeitos,

vereadores, advogados, a imprensa, os amigos que estão em casa, os amigos que estão no outro auditório acompanhando, de um telão. Infelizmente nós estamos com restrições devido à pandemia de Covid, que volta a preocupar toda a sociedade do Brasil e não é diferente no Estado de Rondônia. Então, nós temos que ter o distanciamento. O distanciamento necessário de acordo com o Decreto governamental. Por isso que nós estamos com poucas pessoas aqui neste plenário. Mas agradecer, também, e salientar aqui a vinda de vários, de centenas e centenas de produtores rurais que vieram dessas regiões, principalmente os da Resex, daquela área de Jaci-Paraná. Pessoal das PROMIG, de todas as demais associações, que estão presentes aqui.

Eu quero dizer que este é um momento importante, como muito bem falou o Presidente da Comissão. Verdadeiramente, na Casa do Povo, se discutir, se debater o projeto. Com certeza, todos vão ter a oportunidade aqui, de ambos os lados, de expressarem as suas colocações, as suas preocupações, diante do PLC 80/2020, e também aquelas centenas e milhares de produtores que já estão há décadas lá na área, produzindo. Produzindo alimentos, produzindo riqueza, produzindo geração de emprego, desenvolvimento para o nosso Estado, para também poderem fazer a sua defesa.

Este é o papel da Assembleia Legislativa. Esse é o papel que o Poder Legislativo exerce. Logicamente que depois de colhidas as informações, de ouvidas as opiniões, a Comissão de Meio Ambiente aqui, como é público e do conhecimento geral da Casa, que a Casa aqui jamais interfere, as Comissões e os deputados têm livre arbítrio no seu voto e da sua posição. Então eles vão poder fazer isso na Comissão de Meio Ambiente e, logicamente, depois, voltar à Comissão de Constituição e Justiça para que a gente possa, no Plenário, cada deputado, com a sua independência — que quem deu essa independência aos deputados foi a população do nosso Estado —, vote de acordo com as suas convicções e com a sua opinião.

Isso é muito bom, Deputado Jean. Isso é muito bom, deixar isso claro, porque os deputados aqui, cada um exerce o seu mandato com total liberdade e com total independência funcional nesta Casa Parlamentar.

Então, mais uma vez, a Assembleia Legislativa faz isso, mostra isso, abre as portas — como eu falei, mesmo em um momento de restrição por causa da Covid —, para ouvir a sociedade, para ouvir as partes envolvidas no processo.

Eu desejo aí, uma boa Audiência. Os órgãos de controle, eu não vejo aqui, alguns deles, que deveriam estar também. Um processo em debate, na democracia, entre todos, não é? E deveriam estar aqui defendendo ou não, mas inclusive, de alguns órgãos de controle nós recebemos a impossibilidade de vir e nós respeitamos. Outros não. Não é? Certamente, para depois tomarem as suas posições. Mas esta Casa vai tomar a posição, vai tomar a decisão dela, de acordo — como eu falei — com a independência de cada parlamentar, com a independência de cada deputado, nas suas convicções.

Então eu quero desejar aí uma boa Audiência Pública. Cumprimentar o Edson, também, esse grande amigo, o Edson Afonso. Quero desejar uma boa Audiência Pública. Esse projeto é importantíssimo para o Estado de Rondônia. Depois desse projeto, nós temos outro projeto. Tão qual ou mais importante, que é o PLC 85/2020, se não me falha a

memória, Deputado Jean? Que é o do zoneamento socioeconômico do Estado de Rondônia, debatido ao extremo, entre o Estado, o Legislativo e as partes envolvidas. Nós estamos em um Estado com a nossa aptidão totalmente de produção. Eu acho que Rondônia deveria ser Centro-Oeste, não é ser Amazônia, não é? Se este País hoje, a economia vigora, a economia está forte, mesmo em tempos de pandemia, gerando emprego, gerando riquezas, nós devemos à agricultura, nós devemos ao agricultor, ao setor produtivo. Então, o zoneamento é fundamental para que Rondônia possa se consolidar como o Estado pujante, um Estado que vai se desenvolver e que a gente espera que possa melhorar a qualidade de vida dos nossos mais de 1 milhão e 800 mil habitantes.

Somos um Estado produtor, um Estado exportador. Dependemos da nossa produção, da agricultura, para fazer o Estado se desenvolver ainda mais. Então quero desejar aí, sucesso. Certamente esses últimos dias de dezembro serão bem intensos nesta Casa, Deputado Jair, o senhor como líder do governo; Deputado Chiquinho, Deputado Adelino, Deputado Dr. Neidson, Deputado Anderson, que está aqui, Deputado Cirone, Deputada Cassia, nossa segunda Vice-Presidente da Assembleia; o Deputado Aécio, Deputado Ezequiel, uma Audiência importante, um tema importante, praticamente mais da metade dos deputados e outros virão ainda, estão aqui para participar. Então, nós vamos ter aí, dias intensos, Presidente Jean, até o próximo dia 16, 17 de dezembro, quando deve encerrar este ano legislativo e, com certeza, essas duas matérias, dentre outras que temos, mas eu considero as duas matérias: o PLC 080 e o zoneamento como prioridade neste final do nosso exercício aqui na Assembleia Legislativa. Nós, como Presidentes, nós temos que, junto com os nossos deputados, com a Mesa Diretora, com as Comissões, dar a celeridade necessária para que a expectativa da população rondoniense — como eu falei, com a independência de cada parlamentar, com a sua consciência —, mas a gente fazer o processo andar, para que a expectativa da sociedade rondoniense possa ser atendida.

No mais, eu quero agradecer, desejar sucesso. Nós vamos estar aqui presentes, também, só vou a algumas audiências que eu tenho aqui dentro da Casa mesmo. Mas, Deputado Jean Oliveira, parabéns aí, uma boa Sessão, uma boa Comissão, uma boa condução deste trabalho. É uma matéria que eu considero, essas duas matérias deste ano legislativo, talvez as duas, se não a mais, eu considero as duas mais importantes deste ano aqui nesta Casa de Leis. Obrigado.

O SR. JAIR MONTES – Presidente Jean, uma Questão de Ordem.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES – Presidente Jean, bem rápido, também, para ser breve. Eu quero aqui parabenizar...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – O senhor quer fazer uso da palavra ou Questão de Ordem?

O SR. JAIR MONTES – Não. Questão de Ordem. Só parabenizar aqui o Deputado Laerte Gomes, Presidente desta Casa. Parabéns, Presidente. E também parabenizar o Deputado Jean Oliveira, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e todos os

membros da Comissão de Meio Ambiente. Nós acompanhamos algumas pessoas que vieram de Jacinópolis, Nova Mamoré, o advogado Dr. Renan, outros de Guajará-Mirim. E a gente fez um acompanhamento até na Sedam. E este momento é um momento importante para que nós possamos tirar todas as dúvidas. É o momento de ouvirmos todos, os prós e contras, e, no final, como Deputado, que temos essa legitimidade — está sobre nossos ombros —, definirmos os rumos do Estado de Rondônia de uma maneira muito sábia para que possamos avançar sem desmatar. E também é um Estado produtivo. Então eu fico muito feliz.

Aquilo que o Presidente Laerte prometeu a todos que estavam aqui em Porto Velho, os que vieram para cá para Porto Velho, está cumprindo. Não íamos votar nada sem antes fazer Audiência Pública. Então parabéns, Presidente Laerte. Parabéns, Presidente Jean Oliveira, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Eu vim aqui também para ouvir. E quando eu for votar, eu ter a certeza daquilo que eu estou votando em prol do Estado, em prol das pessoas que tanto precisam de um lugar para viver, para produzir e também para que o Estado de Rondônia possa crescer. Então obrigado, deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Jair Montes. Quero aqui dar licença ao Presidente, que vai se ausentar. Muito obrigado pela presença.

Senhores presentes, quero aqui divulgar os números aos senhores. Atendendo ao distanciamento social, nós fizemos aqui uma distribuição dos espaços da Casa, da Assembleia Legislativa, para que a gente pudesse ter a maior participação possível presente, sem desrespeitar o distanciamento social. Hoje nós temosmp:, agora, no plenário 39 pessoas; nós temos na galeria do plenário, aqui em cima, 46 pessoas; nós temos no auditório, com capacidade de mais de 200 pessoas, 72 pessoas; nós temos no Plenarinho 1 das Comissões, onde são realizadas as reuniões das Comissões, 18 pessoas no Plenarinho 1; no Plenarinho 2, 24 pessoas. Quero também aqui registrar que nós temos a participação entre 200 e 300 pessoas acompanhando de forma remota pelo link disponibilizado pela Comissão de Meio Ambiente para que possa estar acompanhando de casa, pelo computador, do escritório, onde for mais interessante para as pessoas que têm interesse no assunto que ora é debatido.

Eu queria dizer aos senhores que já, já está chegando aqui - eu já requisitei - os protocolos que nós fizemos de convites para esta Audiência Pública. Nós tivemos o cuidado de convidar todos os que têm uma relação estreita com esse tema: os órgãos ambientais, os órgãos agrários, os órgãos da Agricultura, que têm total relação com esse assunto. Fizemos questão de convidar as câmaras de vereadores, as prefeituras dos municípios que têm relação direta com a criação das Unidades e também com a extinção da Reserva Extrativista Jaci-Paraná. Tudo isso para que a gente pudesse ter uma participação maciça da sociedade para, voltar a dizer, tornar esse debate transparente e democrático. Esse é nosso objetivo.

Nós vamos dar seguimento a nossa Audiência Pública. Vamos iniciar as falas com os membros que estão aqui na Mesa. Eu irei priorizar as autoridades, que são convidadas, posterior passo a palavra aos deputados estaduais e, na sequência, nós

iremos ouvir os representantes das associações, todos. Por fim, a gente conclui os trabalhos aqui. Então nós vamos estipular aí, eu vou ver aqui mais ou menos o número de pessoas que estão solicitando a inscrição da fala para que a gente possa ter uma Audiência Pública produtiva e de forma que a gente possa falar tranquilamente, mas não se tornar cansativo.

Eu vou iniciar a abertura da fala com o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado, o representante da Federação, o Senhor Edson Afonso. Com a palavra.

O SR. EDSON AFONSO – Quero aqui, primeiramente, justificar a ausência do nosso Presidente Hélio Dias, que está em viagem e nos solicitou que fizéssemos, aqui, presentes, representando a Federação da Agricultura e todos os Sindicatos Rurais, juntamente com a Doutora Eva Lídia que está ali na galeria.

Cumprimentar aqui o Presidente desta Comissão Deputado Jean, no qual em nome dele cumprimento todos os membros da Comissão; o Deputado Adelino, em nome dos demais deputados aqui presentes. As demais autoridades que compõem a Mesa; nosso amigo Elias, que hoje no DER, que também esperamos um bom trabalho nessas rodovias do Estado; o Senhor Hueriqui, aqui representando a Secretaria do Meio Ambiente. A Secretaria que talvez tenha o maior potencial em ajudar o crescimento do Estado de Rondônia, neste momento, com esses dois Projetos de Lei que tramitam nesta Casa. Cumprimentar todos aqueles que são representantes de entidades e dizer a todos: a intensão da Federação sempre é contribuir positivamente na construção das políticas públicas e que facilita a vida dos produtores rurais.

Nós temos, hoje, no Estado de Rondônia, praticamente, 40% do Estado já com preservação de áreas públicas e terras indígenas. Isso nos coloca numa posição de ser um Estado muito promissor ambientalmente. As demais áreas, a gente entende que elas têm que estar à disposição da produção rural, da produtividade, seja ambiental, seja do agronegócio como um todo. Ambas são produtivas para a sociedade.

Deputado Jean, esta Casa, juntamente com o governo e a sociedade organizada que está aqui hoje, é o melhor caminho para se construir um Projeto de Lei, se discutir uma criação de Unidade de Conservação e até mesmo as desafetações. Nesse sentido, acredito que a Comissão Estadual do Meio Ambiente foi criada, provou isso na discussão do zoneamento. Então, nós esperamos que, realmente, as políticas sejam feitas com transparência e com a participação. Jamais seja criada uma Unidade de Conservação por Decreto, quando o produtor rural ou um ocupante de uma área fica sabendo após ser criada.

Nesse sentido, a Federação tem uma posição muito clara de ser a favor da criação de algumas Unidades de Conservação, desde que ela não esteja transferindo para um domínio público áreas que tenham potencial produtivo e, principalmente, que ela não ocupe, não sobreponha áreas ocupadas por algum produtor rural.

Nós esperamos, neste ano de 2020, o Deputado Laerte disse muito bem, os dois Projetos são muito importantes. Eu resumo em um Projeto como mais importante, não que esse não seja. Mas, o Projeto do Zoneamento, Deputado Ezequiel, foi discutido em 11 Audiências Públicas no interior; ele foi discutido mais de 6 meses — não é, Elias? —, na Comissão Estadual do Meio Ambiente, com a participação da Assembleia, não só com a

participação dos dois Deputados que tem representatividade, Cirone e Jean, mas quase todos os deputados desta Casa estiveram na Comissão Estadual. Ali foi construído um texto, aprovado e veio para esta Casa, a mando do Governo, e gente espera, o setor produtivo de Rondônia espera a aprovação do Projeto do Zoneamento neste ano.

Nesse sentido, talvez, se pensar na possibilidade, se houver discórdias, ou não seja convergente o Projeto 080/2020, no sentido de haver necessidade de maior de discussão sobre ele, que esta Casa aprove o Zoneamento. Porque na Comissão de Constituição e Justiça foi colocado um artigo no Zoneamento que permite alteração do próprio zoneamento a qualquer momento. Isso é fantástico, porque a situação do zoneamento não pode ser um ato restrito para se mudar a dez anos ou daqui a dois anos. Esse marco temporal é prejudicial.

Então, nós, Federação da Agricultura, entendemos que temos e pedimos a esta Casa de Leis que aprove com urgência, não só esse Projeto, mas como o do Zoneamento. E nós estamos à disposição para contribuir com esse Projeto. No caso, de duas Unidades de Conservação, especificamente, que foram propostas a criação delas, a Ilha das Flores e a Limoeiro e a do Rio Machado, são três Unidades que, principalmente, a Ilha das Flores e a Limoeiro estão sobrepondo áreas particulares, inclusive áreas documentadas ou ocupadas. E aqui, eu digo a todos vocês, muita gente fala “ah, mas essa área não tem escritura, não tem título, ela é pública.”. Sim, ela é de domínio público, mas ela é de posse mancipacífica que é prevista na Constituição Federal. Então, nós temos que entender que qualquer tipo de ocupação, que esteja alguém em cima, e desde que esteja ali mancipacífica, ela tem que ser respeitada. Respeitada pelo governo e respeitada por esta Casa. E o setor produtivo pede que isso seja levado em consideração a todo instante quando fosse falar em criar algum tipo de Unidade de Conservação ou mesmo alguma desafetação.

Nós somos favoráveis à desafetação. Nós somos favoráveis às criações. A Ilha das Flores e o Limoeiro podem ser criadas, basta reduzir um pequeno perímetro, inclusive alguma delas dá até para ampliar o tamanho, mas desde que seja feito um trabalho de campo que seja observado.

Mas, para finalizar, Deputado Jean, queria agradecer muito aos deputados que, neste ano de 2020, vocês vão deixar um grande legado aprovando esse zoneamento. Talvez, depois do que a Assembleia fez pela pandemia, talvez o maior legado da Assembleia Legislativa neste ano, seja a aprovação. Esse zoneamento que está vindo ainda precisa de algumas Emendas. Ele muda o zoneamento do olho do passado, olhando para o futuro de Rondônia. E isso talvez seja o que mais importante tem hoje para o setor produtivo, que garante o PIB deste Estado, e que possamos realmente, unidos nesse contexto da discussão dentro desta Casa, com proposta do governo, setores produtivos, todos aqui presentes, estar participando principalmente dessas Audiências e da composição da construção através da Comissão Estadual.

Muito obrigado, Deputado. Em nome do nosso Presidente Hélio Dias, a Federação agradece a oportunidade.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado pela participação. Leve os nossos cumprimentos e abraço ao Presidente da Federação.

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra, o Senhor José de Arimateia da Silva, Vice-Presidente da Emater/Rondônia.

O SR. JOSE DE ARIMATEIA DA SILVA – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar aqui o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Deputado Jean Oliveira; o Vice-Presidente, o Deputado Cirone Deiró; nosso companheiro Deputado Chiquinho da Emater, companheiro de longa data aí; o líder do governo, Deputado Jair Montes, um abraço; os demais deputados aqui, Deputado Adelino Follador, Deputado Ezequiel Neiva, o Deputado Anderson, o Presidente Laerte Gomes, que acabou de sair, todos os representantes aqui da sociedade civil. Dizer que nossa Emater/Rondônia, uma autarquia, órgão oficial de assistência técnica e extensão rural do Estado de Rondônia, está à disposição para estar atendendo todas as comunidades do Estado de Rondônia. E aquilo que for decidido aqui pela Casa de Leis, que for entendido dentro desse consenso — eu acho que uma Audiência Pública é muito importante para todos nós —, e aí a decisão final, o que ficar a critério da nossa Emater/Rondônia, nós estamos à disposição para fazer o melhor para o nosso Estado.

Queria aqui parabenizar o Presidente Jean por essa iniciativa da Assembleia de fazer esta Audiência Pública e se colocar à disposição para o que for melhor para o Estado de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Arimateia, que neste ato representa a Emater. Quero convidar para fazer uso da palavra, Excelentíssimo Senhor Defensor Público Dr. Sérgio Muniz Neves, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

O SR. SÉRGIO MUNIZ NEVES – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar inicialmente o Presidente desta Comissão, Deputado Jean Oliveira. Cumprimentar também os demais Deputados, Deputado Cirone, Deputado Chiquinho da Emater, Deputado Jair estava ali, mas não está mais; Deputado Adelino Follador, e demais autoridades.

Eu gostaria também de, neste ato, agradecer o convite feito à Defensoria Pública do Estado de Rondônia. É importante, Deputado Jean, esta Audiência, é importante o caráter democrático dela e do senhor também de ampliar o debate, de chamar os demais órgãos, de chamar a sociedade civil, de chamar as federações para que possamos ampliar o debate e, sim, discutirmos e chegarmos num consenso e a Assembleia aprovar o que for de desejo da sociedade civil.

Nesse pensamento, que eu acredito que a Defensoria Pública se insere, a Defensoria Pública também está aqui, Deputado, para ouvir a população carente, a população pobre, a população hipossuficiente, que eventualmente queira vir buscar qualquer tipo de auxílio jurídico. A Defensoria está aqui para auxiliar, visando construir algo positivo, algo que concilie a produção, porque a produção é indispensável, é necessária para o setor produtivo, é indispensável para que se a gente... Quem sustenta a cidade é o homem do campo: a verdade dos fatos é essa. Mas, ao mesmo tempo, temos que ter também o caráter de preservar o meio ambiente. E eu acredito que esta Audiência Pública, Deputado, ela se insere justamente nisso. A iniciativa

do senhor foi perfeita de fazer esta Audiência Pública, chamar a sociedade civil para que a gente possa participar.

No mais, a Defensoria Pública, mais uma vez, agradece a esta Casa de Leis pela oportunidade de estar aqui, oportunidade de se fazer presente e, da maneira dela, dentro da lei e da Instituição, ajudar a população carente.

Muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Muito obrigado, Dr. Sérgio. A Defensoria Pública tem se mostrado parceira do Parlamento estadual. É de suma importância, levando sempre ao conhecimento de todos que a Defensoria defende a população mais carente. E neste debate que nós estamos aqui realizando, tem muitas pessoas carentes que, com certeza absoluta, dependem e muito da Defensoria Pública. Obrigado pela sua presença.

Eu quero, antes de passar a palavra para os próximos oradores, agradecer a presença do Senhor Valdenício Ribeiro, representante da Ilha das Flores, lá do meu município de Alta Floresta; cumprimentar e agradecer aos senhores vereadores Diogo Padilha, Carlos Araújo, Ronaldo Delazari, que é vice-prefeito eleito, está aqui também conosco representando os vereadores do município de Novo Horizonte. Agradecer e cumprimentar também o Vereador Ari Teodoro, Presidente da Câmara de Novo Horizonte.

Neste momento, passo a palavra para o Senhor Rodrigo Flávio, coordenador de Agendas, representando a Casa Civil. Está aqui fazendo uso da palavra. O senhor vai fazer uso da palavra? Tranquilo? Então, só queria lembrar aqui, senhores, que nós temos vários oradores inscritos. Eu acho que matemática interessante é que a gente possa ouvir um que defende, que tem uma ligação maior com o setor ambiental e outro, na sequência, com o setor agrário. A gente faz intercalado, esse debate fica mais positivo, porque dessa maneira a gente tem uma participação melhor.

Nós temos três oradores inscritos que vão falar da galeria. Lembrando que o Cerimonial está com os microfones para que a gente possa também ter a participação desses oradores aí.

Convido a fazer o uso da palavra, o Senhor Hueriqui Charles, Diretor Executivo, representando a Sedam. Hueriqui, a tribuna fica a sua disposição para você poder fazer uso da palavra. Lembrando que o Hueriqui é o representante da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia.

O SR. HUERIQUEI CHARLES LOPES PEREIRA – Bom dia a todos. Agradeço o convite feito por esta Comissão. Quero esclarecer aqui a ausência do Secretário por motivo de viagem, então ele pediu desculpas. A viagem já estava agendada anterior ao convite feito pelo Deputado Jean. Por motivos, Deputado e demais membros da Comissão e da Mesa Diretora, das medidas de controle da Covid, que limitou a presença só de um representante por órgãos, eventuais dúvidas ou esclarecimentos que nos for reportado e não for possível responder a contento, será levada às comissões pertinentes da Sedam e tão logo respondidas aos senhores. Tá bom?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Hueriqui. Eu só quero ressaltar que era muito importante a presença do Secretário de Meio Ambiente aqui. Com todo respeito ao Hueriqui que é um grande técnico, é jovem, porém, muito competente, mas a responsabilidade de ser o chefe da pasta é insubstituível. Infelizmente, não está aqui, mas, com toda certeza Hueriqui, vai ter, sim, demandas aqui que ao final desta Audiência Pública nós iremos encaminhá-las à Sedam para que a gente possa receber as informações devidas. Até para que os deputados possam ter um juízo de valor mais aprimorado na hora de emitir o seu voto.

Convido para fazer uso da palavra o Senhor Prefeito Leomar Patrício. Prefeito, o senhor fique à vontade, se o senhor quiser falar da tribuna ou daí, fica a sua disposição, a seu critério. Prefeito do município de Machadinho.

O SR. LEOMAR PATRÍCIO – Excelentíssimos Senhores Deputados, em nome do Presidente Jean, neste momento quero cumprimentar os demais. Fazer os cumprimentos ao Deputado Adelino, ao Deputado Dr. Neidson, ao Deputado Anderson, Deputada Cassia, ao Deputado Ezequiel Neiva, nosso grande amigo. Cumprimentar também o Deputado Chiquinho, o Deputado Cirone e também o Edson, representando a Faperon, o representante da Defensoria Pública e também da Emater. Cumprimentar a todos na galeria. Aproveitar e cumprimentar o meu amigo Joadir, em nome dele, todos da galeria. Cumprimentar os representantes, presidentes de associações, advogados. Cumprimentar também a imprensa aqui neste momento e aos representantes do governo.

Senhores, eu gostaria de deixar claro que, com certeza na cabeça de cada deputado que estará votando esse Projeto de Lei 080/2020, já se tem uma definição do que deve ser feito. Porém, eu não poderia deixar de vir aqui representar as dezenas de pessoas que, inclusive, estão aí fora e não puderam adentrar em virtude da pandemia. Nós respeitamos, aliás, gostaria de fazer aqui uma fala, tecer uma crítica ao Governo do Estado, que ao invés de ter mandado isso para a Assembleia, deveria ter cumprido com a legislação a contento. Inclusive, a realização de audiências antes da construção desse projeto. Ouvir aquelas pessoas que vivem há dezenas de anos trabalhando, sustentando as suas famílias, inclusive enfrentando as regras da legislação ambiental — que já os proíbe de tantas coisas — para poder trazer para a mesa do povo brasileiro a carne, o leite, o arroz, o feijão e isso não foi feito dessa forma. E eu tenho a certeza absoluta que aqui, pessoas de diversos lugares, que serão, com certeza, comprometidas, estão sendo representadas apenas por esses representantes. Eu quero dizer que nós temos clareza de que o governo quer sim resolver a situação de Jaci. E isso está no texto do PL 080, que veio aqui parar na Assembleia Legislativa.

E quero deixar claro que, na qualidade de cidadão, de rondoniense, de brasileiro, eu acho que vocês estão de parabéns em estarem aqui defendendo aquilo que é interesse dos senhores. E nós não somos contra em hipótese alguma. Agora, o que não se pode é fechar os olhos para dezenas e dezenas de pessoas – ou centenas de pessoas – que estarão sendo afetadas por esses projetos que estão sendo apresentados.

E hoje eu falo aqui restritamente na situação da Rio Machado. Nós temos escolas, escola que funciona lá dentro dessa área que está sendo proposta de ser criada. Nós observamos o projeto que foi estudado e sequer foram ouvidas as famílias que ali estão. Nós, com certeza, precisamos observar o desenvolvimento, como disse aqui o Edson, representante da Faperon no Estado de Rondônia.

Eu, na qualidade de prefeito, apresentei um projeto ao Governador para tirar o povo de Calama do isolamento e aquecer a economia do município de Machadinho. O último censo aponta que Calama tem mais de 11 mil habitantes, Deputado Dr. Neidson, Deputado Adelino (nosso querido deputado). E se a gente consegue abrir uma estrada passando exatamente por essa área que está sendo criada, que vão comprar na nossa cidade, vão tirar aquele povo do transporte, que é única e exclusivamente de maneira fluvial, e que é muito caro para quem existe ali. E para Machadinho, o que traz de benefício? Traz exatamente o desenvolvimento. Traz para Machadinho a criação de emprego, a geração de renda e, com certeza, isso é viável. Porém, o governo disse que ia estudar — que já tem mais de um ano estudando — e não deu para gente a resposta.

Eu tive, senhores deputados, o privilégio na primeira conversa com o Governador eleito, Coronel Marcos Rocha, a palavra dele de que ele não criaria reservas nessas localidades. E aí minutos depois — pouco tempo depois —, a gente apresenta esse projeto que é tão importante para Machadinho, e a gente tem como resposta o Projeto 080 que vem parar aqui nesta Assembleia Legislativa para apreciação dos senhores. Eu quero parabenizá-los, porque os senhores estão cumprindo com papel. Mas eu quero defender também que essas discussões aconteçam nos municípios. Nós temos aí fora dezenas de pessoas que não puderam estar aqui nas galerias. Vieram de Machadinho d'Oeste e nós vamos respeitar isso. Mas é importante que caso — e eu sei que o prazo é reduzido — os senhores não consigam criar, que remetam isso às proximidades da criação da Reserva para que as pessoas possam ir lá e se manifestar. Os senhores já estão fazendo uma grande coisa que é esta Audiência e a gente quer parabenizar.

Outra coisa é que nós recebemos no Município de Machadinho o Superintendente do Turismo e que fala de coisas importantes acerca. É também uma região muito bela, diga-se passagem, uma das mais belas do Estado de Rondônia. Está às margens do rio, local que vai receber, inclusive dia 11 agora, acontece uma Audiência Pública para tratar da usina hidrelétrica de Tabajara. Está nas proximidades. Nós vamos criar mais uma Reserva, uma Unidade de Conservação. Só na região de Machadinho, eu quero lembrar que essa área, a economia desse povo, é para Machadinho, porém ela está praticamente toda dentro de uma área de Porto Velho. Mas todo mundo vota em Machadinho, compra em Machadinho, vive, recebe cuidados parte em Machadinho, parte em Porto Velho, como é o caso da escola que eu acabei de falar. Será que não tem gente lá dentro? Será que não vive ninguém lá dentro? Como é que Porto Velho mantém uma escola ali dentro? Como é que Machadinho cuida da saúde desse povo lá dentro? E aí, de repente, a gente é ignorada.

Pessoas, deputados, que eu quero que os senhores prestem atenção. Pessoas que estão há décadas, que os pais morreram

ali, estão lá dentro, estão sendo ofuscadas, estão sendo ignoradas pela equipe da Sedam, pela equipe do Governo do Estado. Pessoas que dependem, com certeza, de sobrevivência. Que estão esperando as políticas públicas, que ainda não chegaram.

Então, eu não quero adentrar muito, mas eu quero lembrar, Presidente Jean, eu quero lembrar que só a área — eu vou falar de Machadinho — praticamente 40% das áreas são de cobertura de unidades de conservação. Deputado Adelino, nós temos 16 unidades: são 14 unidades do Estado de Rondônia e 02 unidades que abrangem, Deputado Ezequiel, 02 unidades que são abrangidas pela Rebio Jaru e a parte dos Campos Amazônicos. Então, podemos considerar assim, que nós temos já 16 unidades naquelas proximidades. Para que fazer com que as pessoas possam perder os seus direitos?

Então, eu vou encerrar aqui fazendo um apelo para os senhores: em nome de Machadinho d'Oeste, em nome das famílias que estão ali, eu gostaria que essa proposição de alteração ao Projeto de Lei, que os senhores pudessem suprimir de vez a proposição da criação da unidade de conservação, como assim foi proposto aqui pelo Deputado Adelino, que nós queremos, em nome do povo de Machadinho, agradecer-lhe pelo reconhecimento, em nome daquelas famílias que vivem ali há dezenas de anos e isso não pode ser ignorado.

Quero dizer para os senhores da satisfação, de poder ter o privilégio — agradecer primeiramente a Deus — de estar aqui. Dizer que, mais uma vez, não somos contra a diminuição dos limites de Jaci, em hipótese alguma. Porém, não se pode arrumar uma coisa desarrumando outra. Os senhores não podem olhar para um projeto para resolver uma situação que eu acho que tem que ser resolvida — e eu já parabeneizei — e para poder fazer isso, criar um problema em outro lugar, que amanhã essas famílias estarão aqui, com certeza, e eu estarei junto, cobrando dos senhores.

Então fica aqui o nosso apelo aos deputados, aos guerreiros do Estado de Rondônia, que representam muito bem o nosso povo pela serenidade, pelo comprometimento, pela responsabilidade de promover esta Audiência e não permitir que esse projeto, que não foi feito como deveria ter sido feito, e aqui estão representantes do governo. Não gostaria de hoje trazer aqui à tona, esse tom para falar com representante do governo como nós estamos aqui, mas os senhores sabiam do que estava sendo feito. Os estudos, além de não serem precedidos, o projeto, de ser precedido por Audiência, também as pessoas que estão ali sendo afetadas não foram ouvidas, foram desrespeitadas e são cidadãos, são moradores dali, de dezenas de anos, como nós falamos e outros mais novos.

Então, muito obrigado a todos os senhores. Deixo aqui o meu abraço. Obrigado. Parabéns a todos os senhores aqui presentes.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Senhor Prefeito. Conhece muito bem a realidade de uma das propostas de criação de unidade de conservação que é a Rio Machado, pois é prefeito do Município de Machadinho.

Convido aqui, para fazer uso da palavra, Excelentíssimo Senhor Roni Irmãozinho, Prefeito de Buritis.

O SR. RONI IRMÃOZINHO - Bom dia, Presidente. Em nome do Amilton, Presidente da Associação Asprumin; Dr. Hélio,

advogado; em nome deste Plenário, da nossa população de Minas Novas, de Buritis, que está presente, os demais deputados, aqui o agradecimento nosso, da população de Buritis.

A respeito da nossa região de Buritis, Minas Novas, que ali é a Resex Jaci, nós temos ali vários moradores, produtores rurais há mais de 20 anos naquela região, que nem sequer tem estrada. Nós, como prefeito da cidade, lamentamos muito a situação, mas nós não temos legalidade, Deputado Adelino, de fazer estrada para os moradores, de trazer uma educação melhor, uma saúde melhor para cada morador daquela região, e nós, aqui, em nome da população do nosso município Buritis. Quero aqui agradecer, parabenizar o Governador do Estado de Rondônia, Marcos Rocha, por encaminhar esse Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa, que vai ser analisado por cada deputado, para nos ajudar, Deputado Chiquinho, para votar o zoneamento, a liberação daquelas terras para aqueles moradores que estão há mais de 25 anos ali dentro, lutando com suas famílias, tudo que têm, está ali, naquela região. E nós, como representantes do povo de Buritis, da região de Minas Novas, viemos aqui, neste momento, trazer o clamor da população de Buritis e o impacto que traz ao nosso Município de Buritis, ao Estado de Rondônia, impacto econômico, se aquela região não for atendida por essa lei.

E eu quero aqui, em nome da população, deputados, analisar, votar esse projeto para benefício da nossa população. Quero, em nome do Presidente Amilton, da diretoria, parabenizar a cada morador, a cada pessoa que veio, saiu de lá 1 hora da manhã, nos ônibus: pai de família, mãe de família, que estão aqui em prol de uma causa da sua família, do bem-estar, do futuro dos seus filhos. E quero aqui, deixar um agradecimento. Que Deus abençoe a todos vocês. Contem com o Prefeito Roni Irmãozinho. Precisamos muito de ajuda, Presidente Jean Oliveira, de todos os deputados, na região de Buritis. Nós temos ali uma malha viária muito grande de estrada. Saúde, educação, demanda muito grande e nós não temos, Deputado, ali no Município de Buritis, um representante do Estado para abraçar a causa, nos ajudar com emenda parlamentar, de uma forma firme. Porque eu tenho várias Emendas de deputados, mas são poucas por tantas demandas. E, neste momento, eu venho aqui pedir a vocês, nós estamos reeleitos ali, graças a Deus; a população viu o nosso esforço, nosso trabalho, e precisamos cada vez mais nos ajudar com emenda parlamentar, Deputado Ezequiel Neiva, para nós continuarmos melhorando as nossas linhas. Eu tenho muitas pontes, muita demanda no município e são vários pontos críticos e eu preciso da ajuda dos nossos parlamentares, dar um olhar especial ao nosso Município de Buritis.

Deus abençoe a todos vocês. Muito obrigado. Vamos estar sempre juntos, unidos por uma boa causa do nosso morador de Minas Novas.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Parabéns, Prefeito Roni Irmãozinho, reeleito neste último pleito agora, já aproveitou a oportunidade para solicitar aqui apoio ao município. Está certo, Prefeito. Seja sempre muito bem-vindo a esta Casa.

Quero aqui cumprimentar e agradecer a presença do Deputado Alex Redano, que também fará parte da nossa Audiência Pública.

Dando continuidade aos oradores, também fazer uso da palavra, o Senhor Vereador Tiãozinho, vereador de Porto Velho.

O SR. SEBASTIÃO GERALDO FERREIRA (Tiãozinho) – Quero cumprimentar em nome do Deputado Jean Oliveira, proponente desta Audiência, cumprimentar a todos os deputados que estão aí presentes. Cumprimentar, em nome do Arimateia, da Emater, e todas as autoridades presentes, e também todos os prefeitos que vieram, estão aqui presentes, e os vereadores de demais municípios.

Presidente, eu vejo esta Audiência muito importante. Igual até, seguindo ali a fala do prefeito de Buritis, quando ele fala de Minas Novas, eu sou de União Bandeirantes. A gente faz parte da Resex Jaci-Paraná, do qual quero cumprimentar toda essa população que veio de União Bandeirantes, pessoas que saíram de madrugada das suas casas. Hoje eu estava vendo, eram duas e pouco da manhã, as pessoas já alertando os outros, chamando para acordar, para vir para esta Audiência, devido ao quanto é importante, ao quanto isso é importante hoje para a região de União Bandeirantes e essa região ali de Minas Novas. São pessoas que não puderam entrar aqui dentro, devido a essa restrição da pandemia, mas que estão ali fora, mas que estão aí fora vindo defender aquilo que é importante para a família, é importante para o município, importante ali para aquela região.

Deputado, eu vejo que hoje, fazendo essa mudança, a Assembleia está dando um passo muito grande para essa região. Mas eu estou vendo aqui, e eu tenho certeza que a gente vai ver mais no debate das conversas, onde está tendo esse impacto, do qual já falei várias vezes com o Elias, que foi o Superintendente da Sedam, no qual teve a iniciativa, teve a coragem de fazer esse projeto, e hoje ele está no DER, mas ele está aqui presente. Quero agradecer e parabenizar pela coragem que teve. Mas o que eu estou vendo aqui, igual ao que prefeito de Machadinho falou, que lá em Machadinho esse projeto vai criar problemas. Então, teria uma forma de fazer por partes. Eu vejo pelo tamanho do nosso Estado o impacto que vai criar, não tem como você fazer um projeto só. Porque, olha, a região de União Bandeirantes e Buritis vão ser muito favorecidas com isso aí. E, lá, a gente não tem nada contra. Eu tenho certeza que pode ir lá visitar as famílias, a gente não tem nada que impeça que faça essa mudança, mas já lá para Buritis tem. E a gente tem que tomar muito cuidado para não cometer os mesmos erros que foram cometidos lá atrás, porque quando criou essa Reserva ali em União Bandeirantes e Minas Novas já tinha gente morando em cima, e a gente sabe o quanto, o quanto a gente sofre de você estar ali, porque foi criada uma Reserva onde as pessoas já estavam morando em cima e as pessoas que tinham construído tudo que construiu ali em cima, ele, do nada, ele vê perder todos seus direitos. E por isso, gente, não vamos cometer os mesmos erros que foram cometidos lá atrás, porque esse pessoal que está nessas áreas onde vão ser criadas as Reservas, o que vai ser feito com esse povo? Quem que vai devolver para esse povo tudo aquilo que esse povo fez? E não adianta você falar assim: "a gente tira daqui e coloca em outro lugar.". Mas você não consegue levar aquilo que as pessoas construíram naquele lugar ali, não consegue de maneira alguma levar.

Então, por isso eu peço aos deputados, peço ao pessoal da Sedam, ao pessoal do governo que não vamos cometer os mesmos erros. Mas eu vejo a possibilidade de fazer por partes. Porque, olha, a Resex Jaci-Paraná e onde pega ali União Bandeirantes e Minas Novas e uma parte até Jacinópolis, já sofreu demais com isso, já não está mais aguentando esperar mais. Então a gente tem que achar uma forma para que resolva a nossa situação e coloque em estudo. Que está colocando outro, igual eu vejo aí, do Parque de Guajará-Mirim, onde não dá de resolver agora, mas que não vamos impedir esse que já sofreu tanto, deixar, porque não consegue resolver tudo no mesmo momento, mas que a gente divida, que faça por partes. Peço a todos vocês, peço aos deputados que possam, na hora da votação, que votem favorável para União Bandeirantes ali, Minas Novas e que faça coisa correta, que vamos fazer certo, porque já erramos no passado. Esse povo sofreu demais ali. Eu tenho certeza que não eram vocês, não estavam na época. Mas os deputados mais antigos, porque União Bandeirantes já teve lá, na época que era o... Tinha o Deputado Neodi, de Machadinho, era deputado, ele já esteve em Bandeirantes; o Leudo Buritis; pessoas que lá atrás já estiveram discutindo isso. Isso vem se empenhando até agora. Chega! União Bandeirantes, a Resex Jaci-Paraná já não aguenta mais esperar. Peço o apoio de vocês. Agradeço. Agradecer a Deus por esta oportunidade. E que vamos fazer a coisa certa. Não vamos mais cometer os mesmos erros do passado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado. Obrigado, Vereador Tiãozinho. Quero aqui agradecer o Senhor Wisley Rodrigues, Presidente da Cooperativa do Trabalho Agroambiental.

Senhores presentes, quero fazer aqui um rápido relato aos senhores, que nós convidamos o senhor Governador do Estado de Rondônia; o Chefe da Casa Civil; o Procurador-Geral do Estado, Dr. Juraci; o Secretário da Sedam; o Ministério Público Estadual, através do seu Procurador-Geral de Justiça, Dr. Aluildo; o Presidente do Tribunal de Contas, convidamos o Tribunal de Contas através do seu Presidente Paulo Curi; convidamos o Ibama; convidamos o Inkra; convidamos o Ministério Público Federal; convidamos o ICMBio e convidamos a Defensoria Pública Estadual. Convidamos por meio de e-mail, as Prefeituras e Câmaras dos municípios de Cujubim, Buritis, Nova Mamoré, Porto Velho, Guajará-Mirim e Alta Floresta. Todos esses municípios, Câmaras e Prefeituras para representar os municípios dos quais têm relação direta com o PL 080/2020. Então, só para que os senhores tenham a consciência de que nós fizemos os convites. Infelizmente, nós não tivemos, aqui, a presença das autoridades que seria muito importante a presença deles para esse debate acontecer de forma mais positiva.

Dando sequência a nossa Audiência, agora, eu vou fazer o convite aos nossos convidados, às pessoas que representam associações, para que a gente, eu tenho mais ou menos aqui, dividi em duas partes, como eu falei, nós temos mais ou menos 20 pessoas. Se cada uma falar três minutos, a gente tem uma hora de Audiência, tranquilamente, pela frente e não fica tão cansativo assim. Então, estipular o tempo de três minutos para que a gente possa explicar o ponto de vista de cada um que

representa aqui uma associação, uma cooperativa, ou até mesmo um movimento.

Convido, para fazer uso da palavra, a Senhora Laura Vicuña Pereira Manso, representante da Coordenação do Conselho Indigenista Missionário de Porto Velho, CIMI. **(O Cerimonial informa que ela está e vai falar da galeria)**

A SRA LAURA VICUÑA PEREIRA MANSO – Bom dia a todos. Cumprimento, aqui, nesta Casa os moradores da Resex, os antigos moradores — que seriam os seringueiros —, que foram expulsos para dar lugar a isso que hoje estamos em questão. A Audiência que, hoje, temos nesta Casa é para legitimar a destruição do mosaico ecológico constituído por Resex, Unidades de Conservação, Terras indígenas. E, infelizmente, legitimar a iminência de genocídio aos povos isolados que vivem nesse mosaico ecológico, sobretudo no Parque Guajará-Mirim. As justificativas apresentadas para as alterações dessas Unidades protegidas mostram a ineficácia do Estado em cumprir o seu dever constitucional, que é destinar terras para fins de reformas agrárias e combater o crime organizado. Diante disso, conclamo esta Casa a retirar este PLC 080/2020 de pauta e defender os interesses constitucionais, e romper com a tradição de legalizar a grilagem de terras e Unidades protegidas. Obrigada.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Senhora Laura Vicuña. Eu só queria fazer aqui, abrir uma discussão aqui com os senhores deputados, que estão fazendo parte desta Audiência Pública. Eu gostaria de ouvi-los, se os senhores gostariam de fazer o uso da palavra agora ou depois das explanações dos nossos convidados, ou a gente podia fazer intercalado também, deputado e ouvir um pouco eles, daqui a pouco mais alguns deputados.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Questão de ordem, Deputado Jean. Eu acho que seria interessante nós, parlamentares, ouvirmos a sociedade organizada e aí a gente, nos dá a fala logo após. Por mim, tranquilo.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Por mim também, acho melhor deixar para depois.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Presidente, Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Por favor, Deputado Anderson.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Eu também, só parabenizar Vossa Excelência pela Audiência. Nós estamos aqui, com certeza, para aprender com quem está aqui. É um Projeto muito complicado, muito complexo. Eu, no lugar do governo, tiraria esse Projeto de pauta. Levaria lá para dentro da Sedam para ser discutido novamente. Ouvindo em Audiências Públicas lá. Depois, devolveria para a Assembleia. Eu, particularmente, também não tenho segurança em votar esse Projeto. Ouvindo o pouco que eu já ouvi, e o que eu já ouço, quando eu ando nas minhas andanças, já me traz essa insegurança. É uma matéria complexa.

Mas eu parabenizo pelo debate e discussão. Acredito que precisa ter mais debates, como falou o Prefeito de Machadinho. Levar esse debate até os municípios para que a gente possa fazer algo justo e não praticar injustiça. Mas parabéns a todos que estão participando. Nós estamos à disposição para entender, aprender e fazer o que é certo.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Ótimo, Deputado. Obrigado. Obrigado, senhores Deputados. O objetivo desta Audiência Pública é para isso mesmo: é para colher informações para que a gente possa ter segurança na hora de votar, fazer justiça social de verdade, na hora de votar. Então, mais uma vez, agradecer à representante da Coordenação do Conselho Indigenista. Agora, convidar para fazer uso da palavra, o Senhor Amilton da Silva, Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Minas Novas – Asprumin.

O SR. AMILTON DA SILVA – Quero, neste momento, cumprimentar a todos. Em nome da presidência, Senhor Jean Oliveira, parabenizar por esta Audiência Pública, onde a gente pode se expressar, todas as entidades interessadas neste assunto que diz respeito diretamente a Jaci-Paraná. Eu, como representante, Presidente da Associação Asprumin, trago a preocupação, Presidente, dos produtores, que há mais de duas décadas vêm sofrendo as consequências, devido nós não termos uma legalidade para que nós tenhamos uma tranquilidade de produzir e contribuir com alimento que chega à mesa de todos os brasileiros.

Neste momento, eu queria levar a vocês o trabalho da Associação Asprumin, que vem em busca dos direitos, contribuindo e levantando, fazendo o trabalho dos estudos ambientais daquela área, e mostrar a realidade em que hoje ela se encontra. Dizer que ali, em termos de documentos, nós temos aqui provando que lá existem mesmo essas famílias sofredoras, que entraram com o sonho de um dia realizar o seu sonho, que é ter o seu pedacinho de chão.

Então, queria levar o sentimento a cada parlamentar e ter o conhecimento — aqui o Deputado Chiquinho já tem —, o conhecimento da região. Nós temos aqui vários deputados, representantes que já conhecem a nossa região, Deputado Adelino, Deputado Ezequiel Neiva, Deputado Anderson, que já esteve lá presente com a gente em nossa comunidade. Isso nos honra muito, mas precisamos trabalhar em conjunto para que nós cheguemos um dia a ter o descanso e a tranquilidade de sermos produtores trabalhando com tranquilidade, na legalidade. Buscar parceria, trabalhar em conjunto, e buscar a solução para os nossos produtores.

Agradecer ao Prefeito de Buritis, que também tem nos apoiado, mas barrado, porque tem as consequências que não pode atender, não está ao alcance dos nossos produtores. A educação, a saúde, as estradas, nós temos buscado sempre, mas somos barrados.

Dizer também que esse trabalho da Associação Asprumin foi protocolado aqui na Comissão de Meio Ambiente, na Assembleia Legislativa, dia 17 de fevereiro de 2020, também na Sedam. Comissão de Meio Ambiente aqui na Casa e também na Secretaria do Meio Ambiente, dia 17 de fevereiro de 2020.

Então, a Associação Asprumin vem fazendo o seu papel, em trazer ao conhecimento e ao entendimento que nós contamos de todos os parlamentares que hoje fazem parte desses pares. Contamos com vocês. E todos tenham, nesta Audiência Pública, todo o conhecimento que devemos analisar passo a passo para que não fique nenhuma entidade, nenhuma questão encoberta, que fique esclarecida e não prejudique ninguém.

Eu agradeço a todos e uma boa Audiência. Que nós todos possamos expressar os nossos sentimentos e as nossas expressões. Que traga claro os nossos deveres da nossa Constituição. Obrigado a todos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Senhor Amilton, representa a Asprumin nesse debate hoje aqui.

Quero convidar para fazer uso da palavra, a Senhora Luciana Oliveira, da Comissão Nacional de Blogueiros. É isso mesmo, blogueiros? De Rondônia.

A SRA. LUCIANA OLIVEIRA – Comissão Nacional de Blogueiros do Centro de Estudo Barão do Itararé, de Minas Gerais. Representante de Rondônia.

Senhoras e senhores, eu gostaria de dizer a vocês, como filha desta terra, que não me sinto representada por nenhum dos senhores parlamentares. E vou dizer por quê. Ao contrário do que foi dito aqui, inclusive, pasmem, pela Defensoria Pública, essa não é uma Audiência Pública que prima pelo aspecto democrático. Fosse, teria tido ampla divulgação, não só na página do Facebook do Deputado Jean Oliveira, com alcance de 25 curtidas. Nem na página da Assembleia estava. Além de ampla divulgação, essa ampla divulgação teria que ser também previamente feita e não às vésperas. Nós tomamos conhecimento a menos de uma semana da aprovação do PLC 080 na Comissão de Constituição e Justiça. E a última matéria da Assembleia dizia que em breve seria apreciada na Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Deputado Jean.

Eu quero dizer que é estarrecedor, ouvir o Presidente desta Casa dizer que gostaria que Rondônia estivesse no Centro-Oeste. Eu gostaria muito de mandar ele para lá. Como eu não posso, tenho que suportar ele aqui. Outra bizarrice que nós ouvimos aqui, foi a forma como se referem aos que lutam por reforma agrária, aos movimentos populares que, quando ocupam terras improdutivas, são chamados de invasores. E, aqui, vocês todos se referem, estão se referindo até agora, a quem ocupa terras públicas como posse mansa e pacífica. Vocês têm que se decidir ou entender o que é uma invasão em terra pública e o que é da União e o que ainda nem está regularmente como da União. Há vários processos — vocês sabem disso — que estão para regularização de várias áreas de conservação, para vocês não desinformarem a população. Não dizerem, como eu ouvi aqui, que é lícito ocupar uma área da União, ter suporte do Estado para vacinar um gado ilegal que vai parar na mesa das pessoas.

E quero dizer finalmente, para deixar registrado nesses anais, que vocês que fomentam o agronegócio — mola propulsora da nossa economia —, se fizerem o que estão planejando no Estado, que ontem figurou como o quarto maior responsável pelo desmatamento na Amazônia, se vocês fizerem o que o Governo do Estado, em consonância com o Presidente da República Jair Bolsonaro, se vocês fizerem isso aqui, vocês

serão responsáveis pela retaliação global e pela desgraça do agronegócio em Rondônia. Rondônia precisa do agronegócio e eu estou falando do agronegócio, grosso modo. A gente sabe que muitas pessoas são usadas pelos grandes, muitos pequenos são usados pelos grandes, para vocês fazerem o que o governo está propondo. Mas que fique bem claro: vocês que fomentam o agronegócio, podem ser responsáveis pela desgraça do agronegócio em Rondônia, porque o mundo está com os olhos voltados para a Amazônia, onde nós nos orgulhamos de fazer parte, Estado da Amazônia. E se isso acontecer, podem ter certeza que o mercado global vai se voltar contra Rondônia e lá estará a assinatura de vocês. A gente sabe perfeitamente que as empresas que dominam o comércio de carne aqui não é o negocinho lá do pequeno produtor. Não é. A gente sabe perfeitamente.

E quero pedir que vocês não deem prosseguimento, Deputado Jean, a esse Projeto de Lei da forma como está sendo feito, em plena pandemia. Essas pessoas que estão lá fora deveriam estar aqui — embora pensem diferente de mim — deveriam estar aqui se manifestando pacificamente. Não deem seguimento a isso. Primeiro, porque vocês sabem que isso não vai passar. As pessoas que estão aqui têm que saber que estão sendo enganadas. As autoridades que não vieram, não vieram perder tempo. As que não vieram do Governo do Estado, para não passar vergonha, não se expor. Jogaram a bomba aqui. Mas muita gente não veio, muitos órgãos públicos não enviaram representantes, porque isso aqui não passará. Obrigada.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Senhora Luciana. Olha, eu quero dizer que isso é um movimento democrático. Apesar da Luciana não concordar que esta Audiência Pública é democrática, ela está tendo oportunidade de dar o ponto de vista dela — que é contrário a muitos —, mas que nós aqui, na condição de deputados, que iremos ter o poder do voto, estamos ouvindo atentamente, inclusive a fala dela, que fique bem claro.

A divulgação disso aqui foi feita por meio de rede social, foi feita por meio do site. Nós solicitamos ao site da Assembleia. Se não foi, eu vou verificar. Mas nós solicitamos ao site da Assembleia que divulgasse — peço agora essa informação. Enquanto um orador vai fazendo o uso da palavra, eu quero ter ciência se foi ou não divulgado pelo site da Assembleia. E dizer uma coisa: nós chamamos esta Audiência Pública justamente para a gente ter certeza do que vai votar, para poder ouvir. E nós estamos dando aqui o direito à fala para tornar isso transparente e democrático. Que é um Projeto de Lei complexo — tanto por parte ambiental, quanto por parte social, econômica e agrária —, com certeza é. Por isso, nós estamos aqui atentos, ouvindo a todos.

Quero convidar para fazer uso da palavra... Eu tenho aqui dois pedidos de fala de autoridades. Nós já ouvimos todos, nós estamos abrindo para os representantes dos segmentos e das associações. Mas eu queria chamar para fazer uso da fala rapidamente, o Excelentíssimo Senhor Vereador, André do Sindicato — faz uso da palavra aqui, André, na Tribuna —, que é do município de Nova Mamoré. E, na sequência, convidar o Prefeito — assim que concluir a palavra — o Prefeito eleito de Nova Mamoré, Marcélio Brasileiro.

Antes da palavra do Vereador, só para aqui confirmar: foi feita a divulgação no site da Assembleia. Eu próprio fiz a solicitação para que desse a maior divulgação possível, apesar de ter sido realmente uma coisa muito rápida — foi semana passada que nós aprovamos isso para poder fazer esta Audiência Pública — e nós divulgamos como pudemos, que o nosso objetivo era, sim, ter o máximo de pessoas. E discordo quando diz que as autoridades que não estão aqui, não estão aqui por perda de tempo. Eles recebem salário, estão nos cargos para poder fazer papel, sim, e a Assembleia Legislativa que tem o poder do voto para decidir. E se acha que é perda de tempo vir no Plenário da Assembleia Legislativa é porque não está no consentimento legal, porque a tramitação legal é pela Assembleia Legislativa, não é por outro caminho. Então, deveria vir aqui nem que fosse para dizer não votem, tirem de pauta, mas deveriam estar aqui presentes.

O SR. ANDRÉ DO SINDICATO - Bom dia a todos e todas. Aqui na pessoa do Presidente da Comissão, Deputado Jean, cumprimento todas as autoridades presentes e dos municípios, Marcélio Brasileiro, de Nova Mamoré, cumprimento os prefeitos de Buritis, Machadinho. Esse Projeto precisa ser discutido, sim. Cada realidade é uma realidade aqui. Machadinho é uma, União Bandeirantes é outra, Nova Mamoré é outra e está tudo misturado. O que nós defendemos — e aí eu fico muito triste, o povo está lá fora, tudo aí no sol, colocado à margem —, pessoas que estão muito tempo ali produzindo e nós sabemos que esse povo está sendo afetado. E aí, muitas vezes, as pessoas discutem de dentro do ar condicionado e não escutam esse povo que produz, que faz a economia dos municípios. Eu vejo a dificuldade desses municípios em atender essas pessoas com educação, com saúde, com estrada, que não pode entrar. Vai lá na beirinha e tira a máquina. E somos xingados, somos retaliados porque não atendemos a eles, mas eles estão lá produzindo. Então, precisamos sim dar condições para que isso seja um Projeto que traga economia para os nossos municípios.

E aqui eu gostaria de colocar uma situação que Nova Mamoré defenderia, sim, que fizesse um rodízio dessas Audiências nessas situações onde o povo está sendo afetado, para a gente ouvir a realidade bem de perto. E aí, Presidente, essas autoridades que não vieram, que a Assembleia cobre bem forte, porque é importante, que se eles são contra, têm outra visão, também estejam presentes no momento do debate para a gente construir uma política pública que atenda a todos.

Então, essas aqui são as minhas palavras e o meu muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Vereador André. Convido agora o Prefeito eleito de Nova Mamoré, Marcélio Brasileiro.

O SR. MARCÉLIO BRASILEIRO – Bom dia a todos. Presidente Jean, obrigado pela oportunidade de a gente estar travando aqui uma discussão produtiva a respeito do PLC 080.

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, eu só queria destacar que o Município de Nova Mamoré é o quarto maior município deste Estado em extensão territorial. Esse município com 10.000 Km<sup>2</sup>, hoje preserva 51,11% do seu município. Equivale a mais

de 30 municípios só de Unidade de Conservação e terra indígena permanente. E esse município é o segundo maior produtor de boi, rebanho bovino do Estado. A primeira bacia leiteira deste Estado.

Então esse município consegue conciliar desenvolvimento com preservação ambiental e o que está aqui em jogo só é o Artigo 2º, do PL 080/2020, que é a alteração do limite do Parque Estadual Guajará-Mirim. Aliás, esse nome, desse parque, nem deveria se chamar Guajará-Mirim; deveria se chamar Parque Estadual Nova Mamoré, já que 95% desse parque está dentro do Município de Nova Mamoré.

Agora, Presidente, eu estou vendo aqui que o senhor convidou alguns órgãos envolvidos. Eu sinto falta da Universidade Federal do Estado de Rondônia. Eu sou professor da Universidade e ele não foi envolvido, sobretudo o Departamento de Gestão Ambiental do Campus Guajará-Mirim não lista, não está aqui presente para estabelecer uma discussão, também, técnico-científica desse parque, já que se trata da alteração.

Outra observação é que na Mensagem do seu Governador, enviado aqui para os deputados, na página segunda, coloca que esse projeto visa, busca viabilizar uma solução definitiva para os conflitos socioambientais acima narrados. Jamais essa alteração de limite acaba definitivamente com os conflitos socioambientais. Isso é um absurdo! Não acaba. Pelo contrário. O que a gente está propondo, de imediato, como esse projeto é uma política pública do Estado de Rondônia, que está aqui na Casa de Leis, toda política pública, naturalmente, parte da base para o topo, não do topo para a base. Esse é o motivo de existirem políticas públicas. Cadê a comunidade envolvida daquele município, o Distrito de Jacinópolis, o Distrito de Nova Dimensão que nunca foram ouvidas? E vem um projeto de cima para baixo, para alterar limites, sem critérios técnico-científicos, definição de mapa. Aqui só tem coordenada geográfica nesse projeto de lei, que é cego por natureza.

Cadê o estudo — vou repetir — que justifica a alteração desse Parque? Eu defendo a alteração, diminuição desse parque, até porque, esse parque que fez agora 20, 30 anos de criação — agora, dia 23 de março, fez 30 anos — e a gente defende a alteração, sim, desse parque. Agora, com critérios técnicos e, que a comunidade, Deputado Jean Oliveira, seja ouvida.

Em que momento Nova Mamoré foi ouvida nesse projeto de lei mandado pelo Governador? Qual é: o respeito lógico de uma política pública sem o envolvimento da comunidade envolvida? Então eu defendo duas coisas: que Nova Mamoré seja ouvida *in loco*. A gente tem que envolver, nas Audiências Públicas, a comunidade envolvida. Para isso, tem que promover essa Audiência lá, não só aqui. Segundo: por que é que a Universidade Federal do Estado de Rondônia não foi convidada? Sobretudo, o Departamento de Ciências Sociais e Ambientais – DACSA, do Campus de Guajará-Mirim, do qual faço parte? Que lá, tem oito doutores que pesquisam o Parque Estadual Guajará-Mirim. Enfim, essa é minha contribuição e, Presidente, veja com todo o carinho (a possibilidade) de se promover Audiência Pública em Nova Mamoré, sobretudo no Distrito de Jacinópolis e Nova Dimensão. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, vou chamar de Prefeito, porque é prefeito eleito. Prefeito Brasileiro, eu queria dizer que o motivo de uma Audiência Pública aqui é para isso

mesmo. É para que a gente possa colher informações, ponto de vista, e, concordo plenamente com o ponto de vista dele de que política pública não vem do topo para a base, e sim, da base para o topo. Com certeza absoluta. Esse é um princípio. Não se faz política pública de outra forma que não da base para o topo, não o contrário.

Nós estamos avaliando todas as falas. Ao final desta Audiência Pública, nós vamos nos reunir com a Comissão de Meio Ambiente, também com os demais deputados, para a gente definir aó encaminhamento desse projeto, ok?

Então hoje é importante que a gente tenha aqui falas como a do prefeito, que foi pontual, foi lá e questionou a criação, a ampliação do parque, que tem relação direta com a estrada que tem ligação do Distrito de Jacinópolis com a sede do município. Então, ele aponta aí uma discussão. Outras discussões aqui, quanto mais aplicadas forem, para nós é melhor. Então, obrigado, Prefeito, mais uma vez.

Convido para fazer uso da palavra o advogado da Associação de Produtores Rurais Terra Roxa, Artur Pires. Artur Pires vai falar da galeria. Doutor Artur Pires.

O SR. ARTUR PIRES – Não, Excelência, eu vou falar sobre as inconsistências...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Não. O senhor vai falar da galeria. É isso que nós estamos falando.

O SR. ARTUR PIRES – Inicialmente, bom dia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Meio Ambiente Jean Oliveira. Cumprimentando também, os Excelentíssimos Deputados Estaduais Chiquinho da Emater, Jair Montes e os demais representantes das entidades aqui presentes. Excelências, eu ouvi muito, aqui, falarem da consulta pública *in loco*. Eles estão corretos. Essa consulta pública *in loco* está prevista no artigo 22 da Lei 9.985 do ano de 2000. (Tirar a máscara; está ruim? Continuando. Ficou ininteligível, não é?). Os que me antecederam, falaram da consulta pública *in loco*. A previsão legal está no artigo 22 da Lei 9.985 de 2000. Então realmente o correto seria realizar essas Audiências Públicas nas comunidades. Antes da Audiência Pública deveriam ter sido feitas as consultas públicas, que também não foram feitas, em específico a Terra Roxa, o Parque Guajará-Mirim, não foi feito. Conforme foi mencionado pelo Prefeito de Machadinho, Excelentíssimo Senhor Leomar, que também com relação a Machadinho não foi feito.

Então, eu não quero adentrar nos demais pontos, eu vou focar única e exclusivamente com relação ao Parque Estadual Guajará-Mirim, que, além de não ter sido feita a consulta pública, também não foi feito o estudo, não foi feito o EIA (Estudo de Impacto Ambiental), não foi feito RIMA (Relatório de Impacto Ambiental), não foi feito o estudo de impacto socioeconômico. E nós protocolamos, já por três vezes, hoje, inclusive, é o terceiro ofício que nós protocolamos junto a esta Casa; dessa vez, especificamente para a Comissão do Meio Ambiente, indicando toda essa parte legal, dando subsídios para vocês analisarem com mais, uma questão mais técnica, a falta de fundamentação jurídica que apresentaram até agora no projeto. E apenas para finalizar e não demandar muito tempo dos senhores, neste ofício nós fazemos duas sugestões. A

primeira sugestão: "Diante das irregularidades e inconsistências apontadas, sugere-se a aplicação do artigo 54 do Regimento Interno desta Casa". Eu vou lê-lo.

"Art. 54. Para facilidade de estudo de matérias extensas, o Presidente poderá dividi-las, distribuindo cada parte a um relator, mas designando relator geral, de modo a se formar parecer único."

Então, que se separe a parte do Guajará-Mirim e continue, se caso esse for o entendimento de Vossas Excelências, que se continue com relação aos demais temas, mas que se separe, porque não foi feita a parte legal ainda com relação a Guajará-Mirim. Ou, item 2: "Caso não seja esse o entendimento dos Excelentíssimos Senhores Deputados, que o Projeto de Lei Complementar nº 080/2020, no tocante à Unidade de Conservação do Parque Guajará-Mirim, não seja aprovado por conta da fundamentação jurídica indicada no nosso ofício protocolado na data de hoje."

Era só para o momento. E obrigado pela oportunidade.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado ao Dr. Artur Pires, que é advogado representante aqui da Associação dos Produtores Rurais Terra Roxa.

Quero dizer que foi protocolado o documento, já chegou ao nosso conhecimento, foi protocolado na data de hoje. Nós não tivemos a oportunidade de fazer a leitura, mas em Sessão Ordinária, Reunião Ordinária da Comissão nós vamos avaliar. E também faço aqui, deixo as portas abertas para aqueles que também têm manifestação contra, da mesma forma podem protocolar os documentos para que a gente esteja avaliando as justificativas, as opiniões de forma documentada.

Convidar para fazer uso da palavra o Senhor Joadir Luiz de Lima, representante da Organização dos Seringueiros de Rondônia. Também está na galeria.

O SR. JOADIR LUIZ DE LIMA – Primeiro, bom dia. Em nome do Deputado Jean Oliveira, dar meu bom dia a todos os presentes. Quero dizer que a Organização dos Seringueiros de Rondônia se manifestara contrária à aprovação desse Projeto de Lei como ele se encontra. Até porque, bem diz o Deputado Jean, foram convidados todos os órgãos envolvidos nesse tema, a Organização dos Seringueiros de Rondônia e a Associação dos Moradores dos Seringueiros da Reserva de Jaci-Paraná, na qual está presente aqui o seu Presidente, não foi convidado. É quase impossível se ouvir um Projeto desse tamanho, sem ouvir os verdadeiros beneficiários daquela área.

Em 2000, quando iniciou aquela invasão lá na Organização dos Seringueiros de Rondônia, nós temos a primeira ocorrência registrada no final de 1999, quando o Presidente da época visitou aquela região, constatou irregularidades e procurou a Promotoria de Buritis para narrar os fatos. Está lá, na Organização dos Seringueiros a primeira denúncia. E aquela área não tinha nenhuma invasão. Todas aquelas pessoas que estão lá têm que ser consideradas grileiros, posseiro e não posseiro, tem ser grileiro. O Estado precisa ouvir aquela comunidade.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Qual área?

O SR. JOADIR LUIZ DE LIMA – Jaci-Paraná. O Estado precisa parar imediatamente, suspender todas as atividades que têm

lá dentro. Suspender, determinar ao Idaron que suspendam os registros de gado que tem lá dentro, que determine à Secretaria do Meio Ambiente que suspendam os CAR que estão lá dentro, porque aquelas pessoas, o Estado está se associando a grupo organizado. Colocou todo o aparelho estatal, isso a gente já informou o Governador por escrito, de que há crime de improbidade administrativa por parte deste Governador. Que, após tomou conhecimento desse crime, ele se propôs em colocar máquina pública em favor dos grileiros.

Lá não tem situante, nem posseiro. Lá tem trabalhadores que precisam mesmo ser assentados. Não naquela região. A Assembleia Legislativa precisa ouvir os seringueiros, porque aquele foi um Projeto do Incra, feito para assentar 52 famílias, na qual nós temos o Projeto original na Organização dos Seringueiros de Rondônia. E no ano de 2000, o Incra, através da Mensagem, da Portaria 606 de 25 de julho de 2000, ele reintegra aquela área ao patrimônio da União, à Secretaria de Patrimônio da União, porque o Estado havia reivindicado ela para fazer o quê? Cumprir com a Lei de Zoneamento a qual os senhores, hoje, estão dizendo que aquela Reserva é um obstáculo.

Naquela época, se vocês pegarem a Mensagem 710 do Presidente da República, enviada ao Congresso Nacional, vocês vão ver a justificativa. O Estado precisava regularizar aquela Reserva para implementar o Zoneamento Socioeconômico Ambiental do Estado. E Hoje, o que os senhores propõem? Revogá-la em nome do mesmo zoneamento. E vocês podem observar que existem mais duas Reservas do lado. O Parque, 144 mil hectares, todo desmatado, todo desmatado. Os 144 mil hectares de Reserva do lado da Jaci-Paraná estão todos desmatados.

Então, redelimitando a Reserva Jaci-Paraná não resolve o problema do zoneamento. Vai ter que revogar o do Parque também. E o Presidente da Associação dos Moradores dos Seringueiros da Reserva Jaci-Paraná se encontra aqui, hoje, e era muito bom ele ser ouvido nesta Casa. Porque, se tem uma única pessoa aqui que merece, que precisar ser ouvida, é ele. Porque aquela Reserva foi criada para assentar aquelas famílias que foram expulsas de lá, expulsas por convicência estatal. Expulsas por convicência das pessoas que deveriam cumprir a Lei neste Estado. A Secretaria de Meio Ambiente não tem dado o suporte necessário. Nós temos atas de reuniões feitas na Organização dos Seringueiros, onde toda a Comissão se comprometia, em 2011, de tomar providências cabíveis para parar aquelas invasões. E até hoje não foram tomadas.

Então, a nossa proposição é que os senhores retirem esse processo de pauta e discutam com os seringueiros, discutam com as famílias que lá se encontram. Dá uma ampla divulgação democrática, faz com que aquelas pessoas que fizeram história neste Estado, os seringueiros, nem citados aqui pelos senhores. Eu creio que os senhores talvez não saibam que ainda existem, mas existem. E o meu muito obrigado. Era só isso.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Joadir. Eu só queria, rapidamente, ele falou de alguém que deveria ser escutado. Está aberta a palavra para a pessoa que ele falou aí, mas vamos inscrever. Deixe que ele vai falar de forma organizada. Só pede para inscrever, que ele vai ter a oportunidade de falar, sim.

Convido para fazer o uso da palavra o Senhor Leonardo Iraiore, técnico florestal.

O SR. LEONARDO IRAIORE – Bom dia, Deputado. Em primeiro lugar quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui falando em nome da Associação Terra Roxa. E cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Jean Oliveira.

O nosso advogado, Artur Pires, falou sobre um documento que foi protocolado nesta Casa, e ele foi pela terceira vez protocolar. A primeira vez foi protocolado no gabinete do Deputado Jair Montes. A segunda vez foi protocolado na DECIN, que é Departamento de Comunicação Interna e Externa desta Casa, e por sua vez agora na Secretaria Legislativa desta Casa. Os apontamentos que a gente faz aqui neste documento são simplesmente trazendo legalidade, apontamos os artigos, as leis que o Projeto de Lei 080, que o governo envia para esta Casa, comete irregularidades. Na Lei Complementar 233, de 2000, em seu artigo 24, ele deixa de cumprir alguns requisitos para essa propositura de lei que ele tem aqui. E, lendo alguns trechos do projeto, ele fala que vai criar 6 Unidades. E no próprio projeto ele fala que vai fazer isso, que fez o estudo no ano de 2013 a 2018, uso exclusivamente contemplando essas seis Unidades.

Mas quando nós tratamos de ampliação também da Unidade de Conservação ou diminuição dos limites do Parque Guajará-Mirim, ele não apresenta esse estudo dentro do projeto.

Então, isso já é uma inconsistência dentro da ideia que ele apresenta. O Prefeito de Machadinho e o Prefeito Marcélio Brasileiro, Prefeito eleito de Nova Mamoré, questiona também as questões desses estudos, que, por sua vez, está amparada nas legislações que ora foi apresentado neste documento dentro desta Casa. O estudo realizado pela Sedam para contemplar essas seis Unidades de criação aí, foi feito no ano de 2013 e 2018. A Lei Complementar 233 diz que o estudo tem que ter no mínimo dois anos.

Em uma reunião, já realizada aqui pelo Deputado Jair Montes, eu não lembro bem a data, mas esteve presente o Dr. Renan, que foi um advogado que conduziu também nessa reunião que se tornou informal — o Deputado Jair Montes disse que era uma reunião informal —, a palavra do Procurador da Sedam diz que não é dever dele, não é dever dele fazer regularização fundiária. O nosso colega aqui, advogado Renan, bateu muito nessa tecla quanto à questão de se ter esse estudo, de se ter essa alocação daquele povo ali. E o Procurador disse que não era dever nem função dele fazer essa análise. Então, aí a gente já encontra uma dificuldade de o governo de mostrar seriedade quanto à legalidade desse projeto dentro desta Casa. Então, o que a gente pede, volto a mencionar o que o Dr. Artur colocou, é que a gente faça com que esta Casa possa atender os dois pedidos últimos aí: ou desapense o processo, em se tratando do Guajará-Mirim, para que se tenha uma discussão mais apropriada e atenda a legislação; ou, do contrário, que se remeta de volta à Sedam para que ela, sim, se torne responsável pelas audiências e pelas consultas públicas.

Parabenizo o Presidente Jean por ter tomado a iniciativa de colher essas informações através da Audiência Pública, mas isso, em tese, não é responsabilidade dos deputados, em se tratando do projeto, haja vista que foi o Governador que mandou esse projeto para cá. Então, ele teria que, no mínimo,

pautar os deputados de todos esses estudos para que daí ele pudesse, sim, chamar as pessoas envolvidas, e fazer hoje esta Audiência se tornar uma audiência um pouco mais produtiva, no sentido de aprovar o projeto.

Eu penso que, da forma como está se encaminhando a nossa Audiência aqui, eu penso que o caminho mais correto é o que o Deputado já falou, é fazer o estudo mesmo de tudo que está sendo apresentado aí, para que não seja tomada nenhuma decisão que venha a afetar tanto a população de Guajará-Mirim, Nova Mamoré, distrito de Nova Dimensão, Jacinópolis, não é? Falo da área onde detenho conhecimento. Obrigado, Deputado, pela oportunidade.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Leonardo. Obrigado, Leonardo, pela sua fala. O nosso objetivo — vou falar, mesmo que repetitivo — é ouvi-los. A nossa decisão vem posterior a esta Audiência Pública, sobre pautar esse projeto, sobre relatá-lo, sobre se nós vamos ouvir mais parlamentares depois, para saber se a decisão é de “vamos apresentar o relatório”, “vamos por para votação” ou “vamos fazer a tramitação”. Isso tudo é uma avaliação que nós vamos fazer depois. A Audiência Pública acontece justamente para isso: para nos embasar de como caminhar daqui para frente. Ok? Eu queria também dizer que o nosso Defensor Público aqui trouxe uma demanda que chegou através da Ouvidoria da Defensoria Pública, de duas pessoas. Quem é? Amanda?

O SR. SÉRGIO MUNIZ NEVES – Isso, Presidente. Essas duas pessoas procuraram a nossa Ouvidoria Geral, a Senhora Amanda Michalski da Silva, assessora da Comissão Pastoral da Terra e a Senhora Ana Maria Delazeri, que é agente da Pastoral da Comissão da Terra. Não sei se elas estão aqui.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Da terra, não é? Então eu queria só dizer que nós temos aqui já, a palavra inscrita de um dos membros da Pastoral da Terra, que é o Senhor Josep Iborra Plans. Ele vai falar já, já. E aí, eu só queria saber se eles se organizam aí, a Pastoral da Terra.

O SR. SÉRGIO MUNIZ NEVES – Será que eles estão presentes aqui, Excelência?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Está presente. Para fazer uso da palavra agora, Senhora Ivaneide Bandeira Cardozo, Coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé, de Porto Velho.

A SRA. IVANEIDE BANDEIRA CARDOZO - Bom dia a todos e a todas. Em nome do Deputado Chiquinho, eu cumprimento a todos os presentes e em nome da Luciana também.

Eu estou aqui em nome de um coletivo de entidades. São 50 entidades, que assinaram uma nota pública que eu vou protocolar depois da minha fala. Mas, antes de ler a nota, e aí eu peço ao Deputado Jean que me dê um pouquinho mais de tempo, se for possível, se o senhor me permitir, e eu já agradeço de antemão. Eu queria dizer que este Estado tem que parar de premiar grilagem. Tem que parar de premiar grileiros. Tem que parar de premiar quadrilhas que grilam terras públicas, que grilam Unidades de Conservação. E aí, minha gente, eu

não estou dizendo que todo mundo que está dentro da Jaci-Paraná e que está dentro do Parque, sejam bandidos. Não estou dizendo que todos que estão lá, sejam. Estou dizendo que deve ter também gente de boa fé que foi para lá. Mas, ao saber que é uma Unidade de Conservação, você permanecer lá dentro é compactuar com a bandidagem. (gente, eu vou tirar esse “trem” que eu não consigo respirar). E eu espero que esta Casa de Leis não compactue com bandidagem. A Casa de Leis tem que ser a primeira a cumprir a lei.

Eu estava ali sentada muito admirada, e até disse para o Deputado Anderson, “eu estou muito admirada que, pela primeira vez, por caminhos diferentes, nós que defendemos o meio ambiente, estamos de acordo com os outros que estão pedindo para não se aprovar esse PLC.”. Para não se aprovar esse PLC. E para não se aprovar nada, criação de nada que seja onde tenha produtor rural.

Quando a Luciana fala sobre o impacto no agronegócio, vai ter impacto no agronegócio. Quando a Irmã Laura fala do prejuízo para os povos indígenas isolados, é porque vai ser genocídio que este Estado, aprovando isso, vai compactuar. E nós não podemos permitir. Nenhum deputado que aqui está, eleito pelo povo, pode permitir. Permitir que se degrade o meio ambiente, permitir que se descumpra a lei, permitir que se cause genocídio. A terra é da União.

Quando o Joadir fala que os seringueiros foram expulsos, eles foram expulsos. Por quê? Porque quem foi para lá grilou a terra. O Idaron permitir vacinação, permitir gado em Unidade de Conservação, é um crime. E a gente tem que parar de beneficiar criminoso. Quem invade Unidade de Conservação é criminoso, me desculpe. Ter 120 mil cabeças de gado para justificar que se desafete uma área, é premiar quadrilha. Você tem que pensar, então, que se a sua propriedade aqui na cidade for invadida, ok? Pode invadir a sua casa porque o cara não tem teto? É isso que estão dizendo? Porque aprovar é isso. Porque as Unidades de Conservação pertencem ao povo de Rondônia. Foram criadas com recursos vindo para criar essa Unidade, no Planaflo.

Uma coisa que não se fala é que vem recurso do Arpa (Áreas Protegidas da Amazônia) e em 2018, e provavelmente agora, que eu não sei quanto entrou, mas 2018/2019, R\$ 3 milhões só para o Parque de Guajará-Mirim. Existem outros programas, como PDCA (Planejar, Desenvolver, Checar e Atuar) e outros programas que dão milhões para as Unidades de Conservação. Então, esta Casa de Leis tem que cobrar transparência. Onde é que está sendo empregado o recurso que vem para as Unidades de Conservação? Tem que chamar aqui a Sedam e dizer onde é que esse dinheiro está indo.

Agora, deputado não pode apoiar grilagem, gente. Isso é uma Casa de Leis, é uma Casa de Leis. Não pode apoiar genocídio, sabe? Não pode apoiar o descumprimento da lei, porque quando o deputado é eleito é para fazer lei e cumprir lei. E eu acredito muito que os deputados que aqui estão, estão querendo o cumprimento da lei. Nenhum, certamente, está aqui querendo premiar quadrilhas. E Unidade de Conservação pertence ao povo de Rondônia, pertence ao povo brasileiro. Concordo — eu acho que foi com o Prefeito de Machadinho — quando diz: “olha, não cria uma Unidade onde tem já gente em cima.”. O senhor está certíssimo, porque é criar conflito. Concordo com o outro Prefeito, que falou — não sei, um dos prefeitos aí

— que disse, o Prefeito de Guajará, que fala que tirar, desafetar área não vai resolver conflito socioambiental. Não vai, gente. Muito pelo contrário, vai acirrar os conflitos.

Bom, como eu acho que já estou abusando do tempo, mas, por favor, não premie quadrilha. Em nome das 52 entidades — e outras que até me mandaram o nome agora e eu não consegui colocar aqui — eu vou ler a Nota Pública e protocolar, pegar a assinatura do Presidente, o Deputado Jean.

**Nota Pública:** “Nenhum hectare a menos. A permanente ameaça do Governo do Estado de Rondônia e da Assembleia Legislativa às áreas protegidas se volta agora para duas Unidades de Conservação: Reserva Extrativista Jaci-Paraná e Parque Estadual Guajará-Mirim. Governador e Deputados pretendem entregar as áreas públicas, um bem do povo, a grileiros e desmatadores por meio de um Projeto de Lei que tramita com prioridade na Assembleia Legislativa e pode ser aprovado nos próximos dias.

O Projeto do Governador e dos Deputados é desmembrar cerca de 161.599 hectares dessas duas Unidades de Conservação e entregá-los à exploração, principalmente para a criação de gado. As duas áreas têm sofrido invasões crescentes nos últimos 20 anos. Seringueiros da Resex foram expulsos com violência por jagunços armados a serviço dos grileiros. Entregar essas áreas aos invasores é premiar e legitimar a ação do crime organizado no Estado. É assumir que o crime compensa e incentivar novas invasões em outras Unidades de Conservação, a exemplo do que ocorre na Resex Aquariquara e outra Reserva na região de Machadinho e Vale do Anari.

A desafetação dessas Unidades impacta diretamente as terras indígenas Uru-eu-wau-wau, Karipuna, Igarapé Lage, Igarapé Ribeirão, Karitiana e os povos que estão em isolamento voluntário na região que envolve as áreas protegidas, ameaçando a integridade física, cultural e territorial podendo levar a iminência de um genocídio de culturas milenares. Entendemos que as Unidades de Conservação não são empecilhos para o desenvolvimento e que, ao contrário, podem ser aliadas na geração de emprego e renda como, por exemplo, na exploração sustentável da biodiversidade. O ataque a elas, mostra ao Brasil e ao mundo que o Estado não está preocupado em cuidar da Floresta Amazônica: o nosso maior patrimônio.

As Unidades de Conservação Jaci-Paraná e Guajará-Mirim não podem perder nenhum hectare e precisam ser recuperadas em sua integridade, o que seria outra oportunidade de geração de emprego e renda. O povo rondoniense não precisa de menos floresta, precisa de mais. O uso das áreas públicas para a criação de gado beneficia apenas um pequeno grupo, além de ser crime previsto em lei. A justificativa de invasão de áreas protegidas para desafetá-las, utilizadas pelo PLC 080/2020 só demonstra a incapacidade de o Poder Público de governar e gerir o território, deixando à mercê do crime organizado.

Diante do exposto, as entidades que assinam esta Nota exigem a retirada imediata dessa matéria da pauta do Poder Legislativo Estadual; retirada dos invasores de todas as áreas protegidas; recondução das comunidades tradicionais ao seu território; proteção, monitoramento e fiscalização das terras indígenas e Unidades de Conservação; que o gado seja apreendido, leiloado e os recursos sejam aplicados na recuperação das áreas degradadas; que o Programa de Reflorestamento do Estado priorize as referidas áreas para recomposição florestal.”

**Assinam esta Nota:**

Arquidiocese de Porto Velho;  
 Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé;  
 Conselho Indigenista Missionário/CIMI-RO;  
 ONG Raiz Nativa;  
 SOS Amazônia;  
 Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA/UNIR;  
 Associação do Povo Indígena Karipuna - APOIKA;  
 Associação do Povo Indígena Uru-eu-wau-wau/Jupaú;  
 WWF-Brasil;  
 Comitê Chico Mendes;  
 Revista Xapuri;  
 Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR;  
 ECOPORÉ - Ação Ecológica Guaporé;  
 Fundação Luterana de Diaconia;  
 Conselho de Missão Entre os Povos Indígenas;  
 Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia - FDL;  
 OPIROMA;  
 Associação Alternativa Terra Azul;  
 Organização Indigenista da Diocese de Guajará-Mirim;  
 Pastoral Indigenista da Diocese de Ji-Paraná;  
 IMV – Instituto Madeira Vivo;  
 Associação Metareila do Povo Indígena Suruí;  
 Conselho Nacional das Populações das Populações Extrativistas - CNS;  
 Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores - PT;  
 Rede Sustentabilidade;  
 Juventude Indígena de Rondônia;  
 FETAGRO – Federação de Trabalhadores na Agricultura de Rondônia;  
 Via Campesina RO;  
 IPÊ – Instituto de Pesquisa Ecológica;  
 FVA – Fundação Vitória Amazônica;  
 Grupo de Pesquisa Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas – GENTEH-UNIR;  
 Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rondônia – Fórum DCA/RO;  
 ECAM – Equipe de Conservação da Amazônia;  
 Grupo de Pesquisa em Geografia e Ordenamento do Território na Amazônia – GOT - Amazônia/UNIR;  
 CUT-RO;  
 Instituto Territórios e Justiça;  
 Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Maria dos Anjos – CDCA/RO;  
 Associação Cultural Pirarucu do Madeira;  
 Instituto Índia Amazônia;  
 Conselho Nacional de Seringueiros – CNS;  
 Coletivo Mura de Porto Velho;  
 Comitê Defensor da Vida Amazônica na Bacia do Rio Madeira;  
 Organização Indígena Oro Wari;  
 Pastoral Indigenista da Diocese de Guajará-Mirim;  
 Pastoral Indigenista da Diocese de Ji-Paraná;  
 CRB – Regional Porto Velho Ir. Carmelita;  
 Comissão Pastoral da Terra;  
 COOMAD;  
 Muito obrigada pela paciência, muito obrigada pelas vaias, quando me vaiam é porque eu tenho certeza de que eu estou fazendo o bem. Então obrigada por tudo e obrigada Deputados.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Dona Ivaneide. Nós tivemos uma tolerância acima do normal para que a senhora pudesse se manifestar aqui.

A SRA. IVANEIDE BANDEIRA CARDOZO – Eu agradeço profundamente a sua tolerância.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só queria falar aqui sobre uma situação. É muito difícil, numa Audiência Pública, em que a gente tem o intuito de ouvir, haver insinuação. E houve muita insinuação por parte da senhora e em nome de todos esses que a senhora acabou de ler, sobre a definição da nossa decisão. Nós estamos aqui para a gente poder observar, para a gente poder ouvir, então a insinuação de que já está definido o ponto de vista, o voto de cada um aqui, é muito ruim. Porque não foi, da minha parte, dado publicidade do meu voto e nem da minha decisão. Então não tem, não concordo com a insinuação. ac□

A SRA. IVANEIDE BANDEIRA CARDOZO – Peço desculpas aos senhores.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Para fazer uso da palavra, convido o senhor Bruno Góes, Advogado da ASPRECAM (Associação dos Produtores Rurais e Extrativistas do Rio Castanho e Madeira do Abunã), do Município de Nova Mamoré. Vai falar da galeria, o Senhor Bruno Góes, advogado.

O SR. BRUNO GÓES – Primeiramente, queria agradecer a oportunidade da palavra. Tive contato prévio com o Excelentíssimo Deputado Jean Oliveiro, antes de iniciar esta Sessão e vi que a minha situação, que é referente à Reserva de Umirizal, não está fazendo parte da pauta. No entanto, vejo que a questão do zoneamento seria de fundamental importância para resolução do nosso problema também. E, por isso, não vou adentrar no mérito da circunstância ainda, como o próprio colega falou, vai ser apreciado, avaliado por todos, não é? Queria agradecer pelo empenho da Assembleia Legislativa na resolução dos problemas aqui expostos.

Venho aqui, por intermédio da grande maioria aqui presente, repudiar todas as investidas contrárias ao projeto. Até porque, acredito que é fundamental nós botarmos a mão na consciência e pensarmos que o que está se passando, são famílias que necessitam de uma regularização fundiária para produzir. Nós não estamos aqui, solicitando, como foi dito, um genocídio, um massacre de uma etnia que ninguém nem sabe se existe, de uma planta, não. Nós queremos regularizar. Com o zoneamento, com os estudos, vão ser todas as áreas, com certeza, regularizadas.

Muito obrigado pela oportunidade e conto com vocês, um trabalho sério desta Assembleia para a resolução disso. E eu tenho certeza que vai se tomar a melhor decisão. Muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Bruno Góes, advogado.

Convido para fazer uso da palavra o Senhor Artur Soares de Almeida, Presidente da Associação dos Seringueiros Bem-te-vi Jaci-Paraná. Só quero lembrar aqui que o Senhor Artur foi questionado se ele queria falar no começo, ele abriu, mas depois

nós tivemos o Joadir, que é dos seringueiros, e solicitou, e a palavra está sendo dada ao Senhor Artur.

O SR. ARTUR SOARES DE ALMEIDA - Bom dia, Deputado Jean Oliveira. Bom dia para todas as autoridades que aqui se encontram. Sou representante da Associação Bem-te-vi dos Seringueiros Jaci-Paraná. E o que eu tenho a dizer é que Jaci-Paraná, os moradores ribeirinhos e seringueiros de Jaci-Paraná estão desamparados por um grande desmatamento, que se encontra no Jaci-Paraná. De um lado e de outro do rio só é gado, é campo e gado, não existe mais mata para o herói seringueiro trabalhar. Então, os seringueiros, por serem homens heróis da mata, as áreas de preservação, que eram dos seringueiros, estão se acabando.

Então, a minha vinda aqui foi para dizer para as autoridades que nos apoiasse, pelo menos na parte dessas áreas de preservação. Eu não estou dizendo que tire todo mundo. Eu estou dizendo que apoie os ribeirinhos e os seringueiros, porque para nós andarmos no rio, nós temos que ter uma carteira de licença da Associação para navegar no rio, para trazer os seus produtos, para não trazer um produto clandestino. E os fazendeiros têm isso? Têm licença para trazer o gado dentro da Reserva, da área de preservação? Tem, não é? Então amém por isso, porque o seringueiro, se não tiver ele vai preso; para trazer uma castanha, uma copaíba, uma borracha. Então, é só isso. Eu agradeço essa oportunidade.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Senhor Artur. E convido para falar, também em nome da Pastoral da Amazônia, da Comissão Pastoral da Terra, articulador da Amazônia da Comissão Pastoral da Terra, o Senhor Josep Iborra Plans.

O SR. JOSEP IBORRA PLANS (Padre Zezinho) - Padre Zezinho, mais facilmente, não é?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Padre Zezinho. É porque mandaram aqui esse nome, senhor padre.

O SR. JOSEP IBORRA PLANS (Padre Zezinho) – Eles colocam o nome oficial. Eu quero saudar aqui o senhor, parabenizar porque está com saúde, não é?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Graças a Deus.

O SR. JOSEP IBORRA PLANS (Padre Zezinho) – Pedimos para todo mundo, especialmente para lá fora que está tendo aglomeração. A Amanda e a Irmã Ana Maria, não deixaram entrar, minhas companheiras, reclamavam disso. Não puderam entrar. Quero parabenizar também o Marcelo, de Nova Mamoré, que era da Pastoral Juvenil quando eu era vigário lá, no ano de 1993, nos anos 1990; e a Janete, que deve estar por aqui em algum lugar, lá fora, que acho que é daquelas Linhas Lá de Bandeirantes; e era companheira lá em Cerejeiras antes da Comissão Pastoral da Terra. Ela foi para a Espanha, arrumou um dinheirinho e comprou um lote lá dentro. E depois falaram que tinham enganado ela. Aí eu falei: “Janete, nós não vamos poder te ajudar”. Porque a Pastoral da Terra apoia os pequenos agricultores que precisam de terra e da reforma agrária legítima, mas não quem entra para roubar terras dos

seringueiros. Porque essas terras foram roubadas. E eu conhecia Chico Leonel, que era o Presidente lá. Ele foi ameaçado, ele teve que se jogar na água, que atiraram nele, e o que aconteceu lá, com todas as pessoas, que ele foi expulso — lá o senhor que falou —, ele foi expulso lá por jagunços. Hoje está acontecendo em Machadinho, na Aquariquara, na Roxinho. O prefeito lá não falou disso, mas lá está tendo. E ia ter mais de dez seringueiros de Machadinho que foram mortos violentamente, cruelmente. Eu que não vou contar tudo que aconteceu com eles, porque dizem: “Lá no Jaci deu certo, aqui também vai dar certo”. Se vocês legalizam isso, vocês não podem ser uma Comissão de Meio Ambiente, vocês vão ser uma Comissão contra o meio ambiente. Porque estão incentivando novas grilagens e invasões. Não pode ser tolerado ir contra a lei. Porque já tiveram sentenças judiciais para tirar todo mundo, para tirar o gado, e nunca foram cumpridas. Por que nunca foram cumpridas? O pessoal lá de Machadinho me disse: “Os seringueiros estão abandonados pela Sedam. Não temos apoio nos planos de gestão. Não temos ajuda. Estão nos expulsando, ao contrário, os poucos seringueiros que restam”. É muito triste. E eu tenho que falar. Olhem para a sua consciência. O senhor falou da consciência, para cada um votar em consciência. Olhe para a sua consciência, que é o que vão fazer. Olhem para sua consciência. Onde vocês estão. De quem tiraram as terras. O que vão dizer para seus netos? O que vocês vão dizer para os seus representantes também? “Não, essa terra aqui nós ganhamos, tomamos dos seringueiros, roubamos deles”. É muito triste que tenha que falar isso. Janete, vai lá procurar terra noutra lugar. Exige na reforma agrária, mas não tome na terra, invadindo áreas de conservação, parques, terras indígenas. Esse Parque do Limoeiro é do povo Miqueleno, área tradicional indígena. Então, esta pandemia veio depois de tanta destruição. Nós vamos continuar? Vamos ter que dar contas a Deus, que é criador do céu e da terra. Se nós não protegemos a criação de Deus, vamos ter que dar contas a Ele e ao povo também. Especialmente, essas pessoas, à Defensoria, aqueles que foram roubadas as terras. A Defensoria tem que apoiar aqueles que roubaram as terras. Obrigado.

**(O Senhor Sérgio Muniz Neves pede a palavra fora do microfone)**

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Pode, por favor.

O SR. SÉRGIO MUNIZ NEVES – Padre Zezinho, não sei se o senhor está se lembrado de mim. Não sei se o senhor está conseguindo enxergar. Mas o senhor lembra? O senhor está lembrado de mim, daquela diligência que a gente fez, apoiar aquele senhor... A Defensoria continua atuando em prol dos hipossuficientes, em prol dos menos favorecidos. E eu quero dizer, aqui de público, Deputado, que é por isso que a Defensoria Pública está aqui. A gente está aqui para, não para apoiar projeto A, B, C ou D, até porque a Defensoria Pública não quer invadir a competência da Assembleia. Isso é uma competência dos deputados que vão julgar conforme a consciência deles. Mas, Padre Zezinho, a Defensoria Pública está aqui, se fazendo presente para apoiar essas populações. Nós apoiamos no passado e continuamos apoiando agora. Nós, inclusive, nós já fizemos diligências, ingressamos com processos judiciais e o

senhor é testemunha disso, Padre Zezinho. As companheiras, que o senhor disse que ainda estão lá fora, se elas quiserem fazer o uso da palavra, eu acredito que o Presidente Deputado Jean, com certeza irá conceder a palavra a elas. Todos já falaram e não vejo motivos para elas também nãoexercerem a palavra.

Então, Padre Zezinho e a todos aqui presentes, eu quero deixar bem claro a posição institucional da Defensoria Pública de defender judicial e extrajudicialmente as pessoas menos favorecidas, as pessoas hipossuficientes, em português claro, as pessoas pobres na forma da Lei. A Defensoria Pública está aqui, nesta Audiência Pública, para isso. Está ok, Padre Zezinho? E estamos juntos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Senhor Defensor. Quero convidar, aqui, para fazer o uso da palavra, a senhora Eva Lídia, advogada da Federação da Agricultura. Também cumprimentar e agradecer pela presença o ex-deputado Ezequiel Júnior, que fez parte durante um mandato e muito brilhou nesta Casa. Obrigado, deputado.

O SR. EDSON AFONSO – Deputado Jean, a Dra. Eva teve que sair. O uso pela Federação já foi feito. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Ok, sem problema. Então, convido o Senhor Heliton Gavião, Coordenador dos Povos Indígenas do Estado de Rondônia. (na galeria)

O SR. HELITON GAVIÃO – Bom dia. Eu gostaria de agradecer esta oportunidade, este espaço da discussão, dessa grande importância tanto para nós, indígenas, e também para a sociedade não indígena. E, principalmente, para aquelas pessoas que realmente são os carentes de um pedacinho da terra. Mas, eu gostaria, principalmente, direcionar a minha fala, Dr. Jean, que faz parte da Comissão do Meio Ambiente, e com certeza, mais uma grande falha desta Casa, que a gente considera uma Casa do povo. Onde são criadas as leis que favorecem, garantem direitos de qualquer cidadão rondoniense. Mas por que eu gostaria de direcionar essa fala para cada um de vocês, que estão aqui, que são nossos legisladores? Mais uma vez esta Casa pecou na sua caminhada, porque o ano passado eu falei a mesma palavra aqui, quando não foi discutida aquela política de regularização fundiária. Onde eu falei, perante cada um de vocês que estão aqui, que o Estado, não apenas o Estado de Rondônia, o Estado brasileiro deveria também fazer Consulta Pública aos povos indígenas. Até porque, geograficamente, a terra indígena, os povos indígenas do Estado de Rondônia, eles se encontram neste Estado. Qualquer política pública, qualquer legislação ou qualquer empreendimento que o Estado de Rondônia desenvolva, com certeza, traz impacto ambiental, social na vida dos povos indígenas. Então, por esse motivo, mais uma vez, eu gostaria de cobrar cada um de vocês que faz parte da Mesa, que são nossos representantes aqui no Estado de Rondônia, nesta Casa, que venha consultar os povos indígenas também. Mesmo que a política e a legislação não venham diretamente ferir ou trazer impacto para a terra indígena, direito indígena, é o direito que nós temos de sermos consultados. Não querendo ir contra essa Proposta de Lei que está aí na Mesa querendo ou

regulamentar ou, sei lá, ou destruir as duas Unidades de Conservação Estadual que poderiam ser usadas de uma forma justa, humana para desenvolver um Projeto que possa atender todo interesse da população rondoniense.

Eu gostaria de deixar essa fala aqui, Deputado Jean, que sejam consultados os povos indígenas e também aquele segmento que são menos favoráveis perante o Poder Público, que eles têm direito de serem ouvidos também, como cada um de vocês falou aí, que alguns que foram falar referente a essa situação. Essa minha fala. Obrigado aí.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Senhor Heliton Gavião, que representa aqui os povos indígenas. Quero lembrar que, com toda certeza, havendo uma relação de fronteira com unidade indígena, com certeza têm que ser sim ouvidos os povos indígenas.

Quero convidar para fazer uso da palavra, o Senhor Renan Maldonado, advogado da Associação dos Produtores Rurais de Jacinópolis.

O SR. RENAN MALDONADO - Bom dia, deputados. Cumprimento a Mesa em nome do Deputado Jean, Presidente da Comissão. Bom dia a todos os presentes, Prefeitos, Vereadores, Presidentes da Associação, visitantes, enfim, meu bom-dia a todos.

Bom, eu represento, nobres deputados, o pessoal do chamado Bico do Parque, que é uma área de 4.900 hectares que está sendo, com esse Projeto de Lei, incluída no Parque. Então, o Parque Estadual de Guajará-Mirim teve uma adequação da sua área em 2002. Pela Lei 1.146 foi retirado o Bico. E até a gente coloca que o Bico do Parque não é Bico do Parque, porque não é do Parque, é um Bico fora do Parque, a gente insiste muito isso. E esse Bico — até o Prefeito eleito colocou também a importância de se discutir bem essa situação —, é porque é por lá passa uma rodovia que liga o Município de Nova Mamoré ao Município de Buritis. Caso, na hipótese de se aprovar esse Projeto de Lei, nobres deputados, nós vamos interditar automaticamente a ligação do Município de Nova Mamoré a Buritis. Nós vamos isolar o Distrito de Jacinópolis, impedindo qualquer escoação. Ainda que a Sedam coloque — na reunião a gente questionou isso — Ela falou: “não, mas se a gente incluir esse Bico aí, a gente vai fazer a estrada ecológica e vamos fazer túneis por baixo para preservar”. Mas, em nenhum momento, isso é colocado no Projeto de Lei, em nenhum momento. Que a Estrada-Parque, que também é outra mentira, porque não é Estrada-Parque. É uma rodovia que fica fora do Parque e, infelizmente, deputados, aqui a gente tem que denunciar que essa rodovia é fechada todos os dias às 18 horas. Das 18 horas até às 6 horas da manhã ela é fechada com a falácia de que é Parque, e não é Parque.

A população toda é enganada que aquele Bico é Parque e não é Parque. E ficam fechando essa porteira. É uma coisa inédita, talvez no Brasil todo, fechar uma rodovia através de uma porteira, uma estrada que fica fora do Parque. Então, assim, a população de Jacinópolis, aqui a gente representa não só o Bico, mas toda a população de Jacinópolis e de Nova Mamoré também que tem interesse de que não seja aumentado o Parque nesse Bico. A gente coloca essa situação.

Então, só para os senhores terem uma ideia, esse Bico foi desafetado há 18 anos, há 18 anos, em 2002, foi desafetado. E hoje, o Governo do Estado — como bem falou aqui vários líderes, prefeitos, vereadores, o Prefeito de Machadinho colocou bem — não fez qualquer estudo de impacto socioeconômico e ambiental. Em relação ao Bico não tem nada, nada. Em relação aos outros, tem de 2008, 2016, 2017 sem ser contemporâneo ao Projeto de Lei, que também é uma ilegalidade, não é? Por que é uma ilegalidade? Porque a Lei 1.144, do Estado de Rondônia, que regula a questão de licenciamento, criação de Unidade, aumento de Unidade, deputados, ela recomenda — na verdade ela obriga — que, em qualquer criação, aumento de Unidade tem que ter esse estudo, tem que ter debates prévios com as comunidades envolvidas, tem que ter um estudo aprofundado socioambiental e em relação ao Bico, nada foi feito.

Na verdade, assim, o pano de fundo do Governo do Estado de Rondônia em relação a esse Bico é realmente que ali tem pessoas, tem produtores que estão ali e existe uma perseguição muito grande a essas pessoas. Nós temos, nós conseguimos, através da manifestação aqui de quase 500 pessoas, há 3 semanas, que os senhores acolheram, que os senhores ouviram, abrir inquérito policial contra vários agentes da Sedam. Eu não banalizo aqui — não são todos da Sedam —, mas vários agentes da Sedam vêm abusando da sua autoridade lá nos arredores do Parque: torturas, incêndios indevidos, prisões por averiguação. Não existe, desde a Ditadura não existe mais isso, mas eles aplicam. Porque existe uma Casa-Parque que eles transformaram em um reduto de tortura. Lá dentro do Parque de Guajará-Mirim, se os senhores forem lá, existe uma Casa-Parque, seria ali para ser um apoio para os agentes fiscais, policiais ambientais. Infelizmente, lá tem se tornado um palco de terrorismo contra os moradores e produtores de Jacinópolis, Nova Dimensão e Nova Mamoré. Isso foi aberto um inquérito policial aqui na Crimes Funcionais. Está sendo apurado. Pela primeira vez na história, as pessoas tiveram coragem, porque até o momento não tinham coragem de denunciar esses abusos — há 20 anos vêm sendo cometidos — porque, infelizmente, não acreditavam que isso iria ser apurado. E até porque não se colhia provas, porque se alguém filma, se alguém faz alguma coisa, o revanchismo é muito grande.

Então, assim, esse é o pano de fundo, deputados, para colocar o Bico como Parque. Então, é uma perseguição que tem lá dentro, contra centenas de famílias que lá estão. Inclusive, há duas semanas, a Sedam entrou com uma Ação Civil Pública para retirar essas pessoas, levando o juízo a erro, porque ele já considera aquilo como Parque. O Projeto de Lei aqui dos senhores, para o governo ou alguns da Sedam, que eu não gosto de generalizar, eles consideram que esse Projeto está aprovado já. Tanto é que entraram com uma ação pedindo uma liminar e conseguiram essa liminar. A juíza deu 10 dias para as pessoas saírem de lá desse Bico. E aí eu falei para os meus clientes: “não, espera os 10 dias que a gente tem o recurso, tem o procedimento”. Mas não adiantou. Os agentes fiscais da Sedam foram lá, queimaram várias casas, cortaram várias casas, mesmo a juíza dando 10 dias de prazo. Muito antes, porque o prazo vai vencer no sábado agora e a gente já tem recurso, vai ser apreciado. Então, assim, existe total desrespeito.

Então, a gente, eu respeito muito as ONGs, respeito muito àqueles que defendem o meio ambiente (eu também, como cidadão, defendo), mas tudo tem procedimento, tudo tem os dois lados. A gente não pode ver só um lado. E essas pessoas, deputados, não estão sendo ouvidas até então.

Parabéns aqui a todos que estão abrindo essa oportunidade, porque a Sedam nunca quis ouvir. Pelo menos alguns. Então, eu vejo a necessidade de se suprimir, através de uma Emenda, a supressão do artigo 2º desse Projeto, que é ampliação desse Bico. O que nós queremos aqui é só essa supressão, que nesse artigo 2º eles estão ampliando. Os outros artigos em relação à Resex Jaci, as outras situações, cada grupo vai se manifestar. Mas, nesse ponto, a gente pede aqui aos senhores que suprimam isso. Primeiro, porque não é permitido, a Lei Estadual vem exigir um estudo. Como não foi feito, não se pode fazer isso.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Para concluir, Dr. Renan.

O SR. RENAN MALDONADO – Ah, sim. Então, outra situação também, para concluir, nobre Deputado, é que nós temos essa situação desse prejuízo, e se a gente vier a ampliar essa questão do Bico, a gente vai trazer uma rodovia que não vai ter mais acesso. A gente vai também legitimar uma ilegalidade, que é a falta de estudos. E hoje, a população de lá espera realmente que os senhores venham a suprimir e venham a colocar essa justiça para todos os que moram lá e produzem. Muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Dr. Renan. Seus apontamentos, depois se o senhor puder passar por escrito, inclusive aquilo que o senhor fala sobre abusos e o boletim de ocorrência, a Comissão irá receber.

Convido para fazer uso da palavra, o Senhor Ramires Andrade, advogado da Kanindé, Associação de Defesa Etnoambiental.

O SR. RAMIRES ANDRADE - Senhor Presidente, muito bom dia. Na verdade já é boa tarde, não é? Passamos do meio-dia. Agradeço a participação, a oportunidade de nos conferir essa pequena, em que pese pequena, colaboração.

Falo aqui em nome da Kanindé e de algumas outras organizações, que, para não me alongar, eu vou deixar de citar os nomes. E também não vou me alongar muito, porque, não surpreendentemente, esse Projeto ele é tão frágil, é tão superficial...

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – O senhor poderia falar um pouco mais próximo ao microfone, por favor.

O SR. RAMIRES ANDRADE - Ele é tão frágil, tão superficial, que ele conseguiu desagradar ambos os lados: tanto as instituições de defesa ambiental e etnoambiental, quanto às instituições e aos representantes dessas instituições e aos representados dessas instituições, que defendem aqueles que ocupam ainda que ilegalmente essas unidades. Me refiro aqui, especificamente, em relação à Resex do Jaci-Paraná e do Parque Estadual Guajará-Mirim. Ambas as Unidades estão sendo, pela proposta, suprimidas. A Resex de Jaci-Paraná, a proposta sugere suprimir 77,1% da sua área original. Essa proposta,

por todas as razões que já foram aqui atentadas pelos colegas advogados e também pelas instituições aqui, pelo Padre Zezinho, pela Kanindé, pela Neidinha, pelo representante dos seringueiros e também pela comunidade que lá ocupa ilegalmente, ele deve ser rechaçado. Deve ser, sim, retirado de pauta absolutamente. Por quê? Além da ausência de estudos técnicos — como bem mencionou o Prefeito eleito lá de Nova Mamoré, professor universitário a quem saúdo aqui —, além da ausência de estudos técnicos, esse Projeto também contribui para aquilo que a Neidinha classificou como um prêmio a quem comete crimes. Não é surpresa para os senhores que quem ocupa ilegalmente uma Unidade de Conservação já estabelecida, já criada, comete crime.

Dessa perspectiva, Deputados, por si só, o Projeto já está viciado. Em contato já com o Ministério Público Federal e com o Ministério Público Estadual, nós já tivemos a notícia de que medidas judiciais serão tomadas no sentido de barrar judicialmente o Projeto, caso ele venha a ser aprovado. Estuda-se também, inclusive, apurar responsabilidade dos gestores, inclusive por ato de improbidade administrativa, como também já foi mencionado aqui por alguém a quem eu não recorro o nome.

Fora isso, uma coisa que não está sendo dita e que não consta no Projeto, em que pese às absurdas justificativas infundadas, inclusive todas ou quase todas inverídicas, porque é verdade que tem mais de 120 mil cabeças de gado, a quem eles dizem ser de pequenos agricultores, quando na verdade não são. Aquele território sobreposto por uma Unidade de Conservação de uso sustentável — a Resex —, no entanto, ele pertence à área geográfica que constitui patrimônio da União, tanto a Resex, quanto o Parque. Na justificativa do Projeto, acusam que o objetivo é desafetar a Unidade de Conservação para possibilitar a legalização e a regularização fundiária, o que de fato não é verdade. Não é verdade porque o Estado não pode decidir sobre um território que pertence à União. E isso não é surpresa para os senhores, assim como não é surpresa para ninguém. No entanto, isso não é dito para eles. Porque estão vendendo a ideia de que a gente vai desafetar a área para legalizar a situação irregular de vocês, a situação ilegal de vocês. No entanto, não dizem para eles que isso não é possível, porque aquele território não é território do Estado de Rondônia, não constitui patrimônio do Estado de Rondônia. Tanto a Resex, quanto o Parque de Guajará-Mirim constituem patrimônio, a área geográfica constitui patrimônio da União.

Outro fato aqui que também merece ressalva é de que, se o objetivo do Estado é regularizar a situação fundiária desses produtores — que é legítimo — não é por esse meio, conferindo possível legalidade, aparência de legalidade, àquilo que já é absolutamente legal desde o seu princípio. A maneira correta de se fazer regularização fundiária e assentar essas pessoas é pela reforma agrária.

Não existe no Projeto, pelo menos não na justificativa apresentada pelo Governo do Estado, cadastramento. Assim como não existem estudos, também não existe cadastramento dessas pessoas. Nós não sabemos quem são, não sabemos o tamanho de cada área ocupada, não sabemos o que produzem. A princípio, nesse Projeto não consta informação nenhuma. Isso vicia a proposta e inviabiliza inclusive a aplicação prática, caso venha a ser aprovado.

Então, Excelências, para concluir, a nossa manifestação aqui é no sentido de que seja sim retirada de pauta a proposta, que esse Projeto seja rechaçado e que, havendo interesse do Estado de Rondônia em prosseguir com a criação das Unidades e mesmo se o interesse foi desafetação ou não de outras Unidades, isso tem que ser feito com base em estudos, com base em pesquisa, com base em fundamento científico. Essa é a nossa manifestação. Acredito que tenho contribuído. Agradeço mais uma vez a oportunidade.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Senhor Ramires Andrade, advogado da Kanindé.

Convido para fazer uso da palavra, o Senhor Hélio Belotti, advogado da Associação dos Produtores Rurais de Minas Novas.

O SR. HÉLIO BELOTTI - Excelentíssimo Deputado Laerte Gomes, Presidente da Assembleia do Estado de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Deputado Jean Oliveira, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pessoa por meio da qual eu saúdo todos os demais deputados, autoridades e um carinho muito especial a todos os servidores desta Casa que, de forma eficiente, abrilhantam os trabalhos desta Casa de Leis. Teço também homenagem a todos aqueles que vieram de longe para presenciar este evento, porém, em razão da pandemia e por motivos de ter que cumprir o regramento — que é relevante sim, em razão do distanciamento social —, não puderam estar presentes, mas nos acompanham pelas mídias oficiais, sociais, e nos acompanham também por outros canais.

Inicialmente, gostaria até que fosse feito o registro, Presidente, de que o Princípio da Publicidade foi atendido. Perfeitamente atendido, porque deixa assento vir manifestar-se nesta Casa de Leis mais de cem Entidades Cívicas Organizadas. Então, foi atendido sim e solicito o registro nesta Casa.

Abro os dizeres com um texto que eu acho muito sutil e interessante sobre a liberdade. Que a liberdade é uma palavra, é um sonho que se alimenta, difícil de se explicar, mas que todos entendem. E liberdade, nesse sentido, ela abarca o respeito, como bem pontuado pelo ilustre Defensor Público do Estado de Rondônia. Respeito. Respeito por opiniões diversas, respeito mútuo e respeito por todos. E, nessas palavras, não poderia também deixar de fazer o registro aqui, acompanhado de toda nossa equipe Belotti & Dines Advogados, assim como da Ambiente Gaia Soluções Ambientais, fincamos e temos honra — honra, Deputado Adelino Follador —, em defender os produtores rurais da família Asprumin. Honra, sim. Que se não fossem eles, nesse curso desta pandemia, talvez em nossas residências faltasse proteína animal em todas as suas variáveis. Hortifruti não chegariam aos supermercados. Enquanto nós ficamos em casa, esse povo trabalhou. Trabalhou arduamente. Lá são pessoas de bem, pessoas que trabalham dia a dia, sol a sol. Que no ano de 2002 — exatamente no dia 23 de agosto de 2002 — fundaram essa Associação. Associação para defender direitos que foram esquecidos no passado e se perpetua esse esquecimento no presente, o que é pior. Temos que ter cautela, sim. Não vim aqui defender uma corrente antropocêntrica ou ecocêntrica. Antropocentrismo como o homem centro de tudo do universo ou a natureza como centro do universo. E já trazendo esse assunto em pauta, lembro e

rememoro, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Por quê? Porque sempre há de advir um caminho equilibrado. E só alcançaremos o desenvolvimento sustentável por meio de diálogo, por meio de um diálogo desapaixonado, de um diálogo apartidário, de um diálogo não ideológico. Essa é a forma que poderemos seguir adiante. Se for possível um pouco d'água, solicitar, por favor. Neste momento digo: como é linda a democracia, como é linda. Enalteço. Enalteço a maturidade democrática desta sublime Casa de Leis. Maturidade democrática, sim. Porque essa Audiência Pública respeitou todos os cânones constitucionais formais para ser realizada. Ouviu-se muito sobre audiência, consulta. As consultas foram, sim, promovidas pela Sedam. Os estudos prévios foram, sim, promovidos. Não estou aqui a defender o projeto nem questionar, mas como é bom que todos participem, todos opinem de modo, nesta Comissão temática, haver uma resultante eficaz, e eficaz para o desenvolvimento sustentável, e no estrito cumprimento da lei, da lei da Constituição da República Federativa do Brasil e dos tratados internacionais que versam sobre meio ambiente, e, não só sobre meio ambiente, sobre os direitos humanos.

Não poderia esta Casa, de forma alguma — e nisso reforço —, por meio de lacunas ou esvaziamento legislativo deixar de enfrentar o tema, esse tema. É um tema sensível? Sim, é muito sensível, principalmente no momento político que vivemos. Mas ele deve ser enfrentado com base na lei, na convicção íntima política de cada parlamentar — chegara esse momento —, porque as políticas públicas são de competência exclusiva, ou concorrente, até, com o Poder Executivo, mas neste momento do processo legislativo, desta Casa de Leis. Então os senhores, sim, detêm competência de decidir. E para decidir, por esta razão, hoje estão aqui nos ouvindo. E reforço, a reflexão lateral, a reflexão extremista, seja de uma variante de "a" ou "b", seja qual lado for, não exsurge uma justa conclusão. Por isso, este momento, realmente, eu volto a frisar, gostaria de bater muito, porque foi atendida a sua finalidade. Porque numa sociedade plural, nada mais digno do que a participação da sociedade civil organizada na construção legislativa ambiental. E não só ambiental, em outros setores. Defendo eu que quanto mais participação do povo na construção legislativa, mais legítimo assim o é o seu resultado.

Não poderia também aqui de deixar, antes de adentrar no tema propriamente dito — prometo não alongar —, mas de render as nossas homenagens na pessoa do Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia Coronel Marcos Rocha e toda sua equipe, em especial a Sedam, que inauguraram o projeto legislativo. Inauguraram. A Mensagem recebida por esta Casa, no meu sentir, é um produto, é um meio de se inaugurar, se debater, se discutir para que resulte em um produto final. Eu vejo muitas falas aqui e, realmente, de forma, ao meu sentir, equivocadas, de que já teria algo, assim, definido. Não existe. A democracia é assim, é feita de pluralidade. É muito importante que todos falem, que todos defendam seu ponto de vista. Isso é relevantíssimo. E destaco agora, adentrando a temática da questão, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Por favor, porque o senhor já teve tempo. Vou lhe dar mais algum minutinho para o senhor poder concluir.

O SR. HÉLIO BELOTTI - O artigo 225, ele é muito claro. Então, suprimirei a leitura do caput e passarei ao artigo 1º. E gostaria só de pedir, que eu solicitei uma imagem de satélite, que ela fosse reproduzida, da Resex. E se possível ampliada, por favor. O parágrafo primeiro do artigo 225 da República Federativa do Brasil assim aduz:

**§ 1º** Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

[...]

**III** - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes [...]

**(fala com apresentação de slide)**

Este é o espaço territorial hoje da Resex de Jaci-Paraná. Esse aí é o real. E se conjugarmos essa interpretação desse dispositivo com o que é uma reserva extrativista, e aí vamos para o Artigo 18 da Lei do SNUC, que é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação: "a reserva extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se [...]". Não existe o extrativismo. Não existe mais o bioma. Todas as hachuras em amarelo são antropização. Nada mais, nada menos que isso. Áreas antrópicas. Foram antropizadas, não de ontem para hoje, mas ao longo de décadas. E ela, como notem, como podem notar em toda a extensão do mapa, ela ocupa toda sua extensão. E não só por meio de mapas a gente comprova isso. Nós, juntamente com a equipe ambiental, fizemos um estudo na região e percorri toda a sua extensão. É uma pena que o tempo é limitado. Poderia falar uma, duas horas e expor esse estudo. Mas esse estudo já está protocolado na Casa, está protocolado na Casa, e ratificamos agora, requeremos a sua juntada ao Projeto em tramitação (foi protocolado por parte da Asprumin), onde foi verificado o custo de uma recuperação, os impactos ambientais já são concretos, não há como se negar. E uma vez que esses impactos já são concretos, a forma de se recuperar essa área é justamente por meio da extinção integral da Resex, porque extinguindo a Resex — que é uma tutela que recai sobre aquela área do ponto de vista estadual —, porém a se destacar: todo o ordenamento jurídico, todas as normas, as leis federais ainda estão vigentes. Se a área for integralmente extinta, só de área ou de Unidade de Conservação, tais como APPs, Reserva Legal, tudo isso tem que ser regularizado. E por que tem que ser regularizado? Foi dito inclusive agora. Se assim não for, não há que se falar em regularização fundiária. Esse passivo ambiental tem que ser extinto. E a Asprumin, com a sua seriedade ambiental, inclusive aqui convoca e afirma compromisso com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público Estadual para que nos auxilie, nos auxilie sim, para que essas Unidades específicas, APP, Reserva Legal que nós possamos construir em conjunto uma solução ambiental para isso. A extinção integral resultará num nível de proteção jamais visto e ousado dizer — já finalizando, Presidente — que esse modelo adotado na Reserva Extrativista Jaci-Paraná será exemplo para o mundo. Será exemplo para o mundo. Exemplo sim de desenvolvimento sustentável na prática, não só nos livros. No livro é lindo, mas na prática não ocorre. Há sempre as duas posições antagônicas e desantagonismo não resulta nada, só marginalização. Daqui a pouco criaremos a figura das favelas rurais. E o êxodo? E o impacto econômico todo da saída dessa população dessa região? E repito: já está antropizada há

décadas. O impacto no município de Buritis, que no nosso sentir isso está comprovado no estudo, que ratificamos o pedido de juntada. O Município de Buritis é um dos que mais será afetado. Vou além, para finalizar. Mapeados, isso foi estudado há meses, há anos. Só dentro dessa área para ver como, às vezes, as pessoas não conhecem bem, não vão profundamente analisar a situação de cada um. Aí dentro tem 1.700 km de estradas. Ali dentro, Deputado Adelino Follador, tem crianças que percorrem 150 km num dia para poder chegar a uma escola. Então, Direito Humanos para aquele povo não existe? Ninguém sustenta aqui Direitos Humanos para eles? São titulares de direitos. Somos seres humanos. Somos todos iguais. A partir do momento que começarmos a nos reconhecer como tal, esse Brasil, o Estado de Rondônia — que eu vim para cá para ajudar o desenvolvimento — mudará.

E, finalizando — estou vendo a cara do Presidente para cá —, assim, rogamos, em nome da Asprumin, que por Emenda Parlamentar, seja procedida à extinção integral da Resex Jaci-Paraná por todos os fundamentos que aqui foram ditos. E como única forma, única forma — como bem até visualizou, num certo aspecto, o Excelentíssimo Governador Marcos Rocha —, como forma de pacificação social, que é o principal atributo do direito, o desenvolvimento sustentável e econômico do Estado de Rondônia, mediante equilíbrio inédito entre o homem e o meio ambiente. Muito obrigado a todos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Hélio Belotti, advogado da Associação Asprumin.

Passar a palavra para o Guilherme Erse, que é Ouvidor-Geral da Casa. E depois, na sequência, eu vou abrir a palavra para os deputados. Os deputados que gostariam de fazer uso da palavra, eu vou aqui inscrever rapidinho.

Pode falar, Guilherme.

O SR. GUILHEME ERSE – Senhor Presidente, muito boa tarde, já. Cumprimento, em seu nome, todos os demais parlamentares aqui presentes.

Desde logo esclareço que, neste instante, participo desta Audiência como cidadão e não propriamente como servidor, orgulhosamente, desta Casa. Saúdo, na pessoa do Defensor Público aqui presente, todas as demais autoridades que nos prestigiam com suas presenças, assim como a todos os nossos colegas advogados que aqui já falaram, manifestando suas posições a favor ou contra a este PL que está em debate nesta Comissão.

Inicialmente, Presidente, destacar que à luz do que alguns aqui que nos antecederam em suas falas, de forma democrática, porque todos aqui puderam ter direito à voz. Esse discurso que tenta confrontar ou tenta dividir as pessoas do nosso Estado e do nosso País, é um discurso vencido, é um discurso reprovado nas urnas em todas as esferas democráticas. Se este País tem cor, a cor é da nossa bandeira, e não além destas. Há quem diga inclusive que este País nunca terá a cor vermelha. E digo isso porque o debate que se traz aqui é um debate do que é viável economicamente de forma sustentável à nossa sociedade, ao nosso povo do Estado de Rondônia.

Ora, ouvi aqui que é bandidagem regularizar pessoas que estão em áreas de conservação. A estes, deixo um questionamento.

Ora, e como devemos chamar governos que, desde a década de 70, convidou brasileiros para virem para cá, e após estes tomarem posse de um pedaço de chão, edificarem, construírem, usarem o seu suor, saírem do conforto das cidades, para virem até então para um pedaço de mato, vieram para cá, e depois este mesmo governo, numa canetada, para flertar com organismos internacionais e outros países, transforma aquela área, outrora que não era nada, em reserva? Chamaremos estes brasileiros, que para cá vieram então de bandidos? Seria isso o nosso crime? Desbravar esse rincão de País? Isso é uma discussão empírica, mas que deve nortear todos nós. Isso aqui é uma questão quase semântica. Ao avaliar e apreciar a legislação, a gente tem que ter sim o contexto histórico, a gente tem que ter o contexto de desenvolvimento. E, tal qual é importante preservar o meio ambiente, também a ordem econômica e a condição do ser humano de se autoprover, de conseguir gerar a sua riqueza para por sustento em sua mesa. Como não?

Então, a gente tem que dividir: aqueles que têm a fala, o discurso, o discurso fácil, a ONG, o recurso internacional, o pouco trabalho. Colocar eles dentro de uma reserva e deixar o restante do Estado para aqueles que gostam da enxada, do trator, do trabalho, da cerca, da ponte, e permitir que essas pessoas produzam.

Esta Casa se dispõe, neste momento, a um debate de equilíbrio. E dizer que esta Casa se furta a atitudes democráticas é ignorar esta própria Audiência.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Para concluir.

O SR. GUILHERME ERSE – Concluindo, Presidente. Parabênico a vontade de acertar das senhoras e dos senhores parlamentares. Esta Casa existe para isso: para o debate. Que se ache aqui o modo regulador que toda legislação tem, a uma forma de equilíbrio, ouvidas as partes. Modestamente, deixo como sugestão o encaminhamento para que sejam realizadas Audiências Públicas *in loco*, nas cidades de Nova Mamoré, Pimenta Bueno, São Francisco e Guajará-Mirim. Notadamente são as cidades que fazem parte dessa discussão, pela sua questão geográfica, que são limítrofes ou não a essas Reservas, e assim poder ouvir de forma mais ampla a comunidade. Muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Guilherme Erse. Passo a palavra agora neste momento ao Deputado Cirone Deiró.

**(Às 13 horas e 15 minutos o Senhor Jean Oliveira passa a presidência ao Senhor Chiquinho da Emater)**

O SR. CIRONE DEIRÓ – Boa tarde, Presidente desta Comissão temática do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Rondônia, da Assembleia Legislativa, Deputado Jean Oliveira. Cumprimento aqui os meus pares, Deputado Dr. Neidson, cumprimento aqui o Deputado Chiquinho da Emater, o Deputado Adelino Follador. Quero aqui cumprimentar também a Mesa, nosso Defensor Sérgio, que está sempre presente nesta Casa, cumprimentar a Emater representada aqui pelo Arimateia e nosso representante da Faperon, nosso amigo lá

da nossa cidade, Edson que está aqui representando o Presidente. Quero cumprimentar os senhores advogados, as pessoas que aqui participam desta Audiência. É um momento histórico para o Estado de Rondônia. E não poderia deixar de cumprimentar, representando o Governo do Estado, até à época de feito o trabalho aqui, terminar esse trabalho na Comissão Estadual, nosso Secretário, hoje diretor do DER, Elias Rezende. Agradecer a sua presença de estar aqui acompanhando esse debate.

Temos várias opiniões. Aqui é a Casa onde tem a legitimidade de representação do povo rondoniense. Nós fomos eleitos e temos essa legitimidade. E temos vários desafios para avaliar toda essa oitiva aqui nesta manhã, desta Audiência Pública. Terminando a sua fala aqui, falou muito bem o colega servidor desta Casa, Guilherme Erse. Eu sou um desses brasileiros que foi incentivado pelo Governo Federal na década de 70, a "integrar para não entregar". Então, nós fomos motivados a vir para esta terra para trazer o desenvolvimento para o nosso País. Temos sim, muita consciência do desenvolvimento quanto à preservação do meio ambiente para com as nossas terras, para com o nosso povo, para com a nossa gente. E esta Casa terá aqui nos debates, nas reuniões que virão depois desta Audiência Pública, para que possamos tomar a decisão assertiva em relação a tudo o que está propondo esse PLC dentro aqui do Parlamento.

Com certeza absoluta, conhecendo os nossos pares, de convicção do meu voto, que não será integralmente votado de acordo como veio do Governo do Estado. O Governo do Estado fez um trabalho, mas nós aqui vamos fazer a nossa análise das questões dos estudos, do que foi feito tanto da extinção quando da criação de Reserva. Primeiro que não podemos dizer: "para extinguir alguma coisa temos que criar outra". Isso não é preceito para isso. Nós temos que ter a responsabilidade de ver se os estudos que estão criando, não têm pessoas morando lá, não têm produtores rurais, não têm famílias lá dentro. E ao mesmo tempo, a extinção que está sendo feita, os estudos apresentados se, realmente, lá não é ainda uma área de extrativismo.

Então, nós aqui não temos já opinião formada do voto. Nós estamos aqui ouvindo várias representatividades. Entre elas, a sociedade civil organizada; entre elas, órgãos de controle, mesmo que não estejam presentes como está aqui a Defensoria, deve estar pelo link, ouvindo esta Audiência, representantes do Governo do Estado, representantes de povos indígenas, representantes de seringueiros. Então, nós estamos aqui ouvindo a sociedade rondoniense. E podem ter certeza que faremos um voto de acordo com a consciência de cada parlamentar. Cada um fará o seu juízo daquilo que será apresentado, daquilo que será analisado por essa Comissão temática e, que depois de analisado, vai passar para a Comissão de Justiça e terá o voto aqui neste plenário.

Então, vocês podem ter a certeza que o povo de Rondônia terá a sua representação, a sua legitimidade aqui dentro deste Parlamento.

Quero agradecer, Presidente Deputado Chiquinho, pela oportunidade de estar aqui, de ouvir essas pessoas, de debater um assunto de importância para o Estado de Rondônia. Que o Estado de Rondônia tem avançado e muito na retirada da vacinação. Eu, como sou Presidente da Comissão e Agricultura,

o quanto nós avançamos e o quanto abrimos os mercados internacionais. Estamos aqui votando a regularização fundiária. Muito bem disse o doutor, perdoa a ausência do nome, que mesmo votando a extinção de uma Reserva, da Jaci-Paraná, isso não dá direito a vocês a documentarem. Nós temos uma segunda fase e uma terceira fase. Terão os passivos ambientais que cada um de vocês terá que assumir, feitos ali dentro daquela área. Mas, em falando da extinção, falando da criação já tem o compromisso deste parlamentar de estar analisando e fazendo aquilo que é melhor para o povo de Rondônia, para os brasileiros que aqui moram. Obrigado, Presidente.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) – Obrigado, Deputado Cirone, pelas palavras.

Eu passo a palavra para o Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Chiquinho, Presidente desta reunião; todos os deputados colegas aqui presentes; também nossa representante da Defensoria; nossa representante também da Faperon; também da Emater; a todas as pessoas aqui presentes; meus colegas; prefeitos; vereadores. Eu vim aqui hoje mais para ouvir. Eu acho que Audiência Pública, nós temos que ouvir bastante para que a gente tome uma decisão mais acertada. Então, nós temos aí a Comissão de Redação e Justiça: já discutimos esse Projeto. Temos uma ADIN dessas Reservas, que está sendo discutida no Tribunal de Justiça. Ainda não foi julgada pelo Tribunal de Justiça, que foram já criadas essas Reservas e foi na época aprovado o Projeto nesta Casa e tem uma ADIN também para...

Então, acho que nós temos que ter consciência. Mas, às vezes, eu fico pensando assim, eu lembro, quando meu avô veio da Europa de navio, e veio lá para descer em Porto Alegre e foi lá em Barão de Cotegipe, em cima de um burro. Minha bisavó chegou gestante da Itália e botou em cima do burro e ele foi a pé e hoje está lá onde minha avó faleceu, agora há pouco tempo. E eles se criaram lá: meu bisavô, minha avó, a família toda. Lá não tinha documento também naquele tempo, não. Enfrentaram tudo que tinha para poder achar um pedacinho de terra e se localizar. E lá ele criou 18 filhos. E nós, o meu pai, já somos em nove. E lá tem, esses 18 já tiveram... E agora nós viemos para Rondônia, porque eu estava em cima 10 alqueires, nós estávamos em nove filhos e não tinha espaço. Eu sou segundo. Vim para Rondônia para buscar... Onde o governo me chamou. Fala: "vem", em 77, que "integrar para não entregar". Era um incentivo e você tinha que ir ao Banco. Às vezes, a gente tinha que juntar o dinheiro de dois, três para tirar o extrato no Banco, para poder fazer seleção, para poder passar, para poder conseguir um pedaço de terra. E, muitas vezes, a gente não tinha dinheiro, tinha que arrumar. Daí pegava três, quatro, depositava o dinheiro na mesma conta, tirava um extrato, daí passava para o outro para poder provar que tinha condições de derrubar, senão você não pegava. Você tinha que provar que você tinha condições.

Então, foi isso que nós começamos e o documento chegou muito depois também. Então, o Estado sempre chega atrasado. As Reservas, foram criadas muitas Reservas com as pessoas lá. Então, será que era legal isso? Será que na época foi feita justiça? Foi feita Audiência Pública? Foi indenizado? Que a gente conhece ali na região do Rio Pardo mesmo tinha muitas famílias

lá. Aí depois acabou todo mundo indo para lá, porque não foi indenizado. O Estado poderia criar Reserva, mas tinha que primeiro indenizar todos os que estavam lá para liberar, aí você pode criar.

Agora é uma injustiça, como quando nós aprovamos aquelas 11 Reservas aqui nesta Casa, que depois nós tentamos corrigir. Eu encontrei uma família, onde tinha o pai e tinha dois filhos, que tinham lá 100 alqueires de terra nessa área, onde foi criada essa Reserva. Ele falou "eu vou, nós vamos reunir aqui e, se nós não pudermos mais plantar mais lá, eu vou em cima da propriedade do Governador. O Governador tem terra lá em Ariquemes. Eu vou, nós vamos. Se eu não puder plantar, porque a minha terra é igual à dele. Por que é que veio criar reserva em cima da minha e não criou na dele?". E eu achei justo.

Então, nós temos que ver se todas essas Reservas que foram criadas, foram criadas legalmente, se forem respeitadas as pessoas. Então, eu não sou... Aqui, nós estamos aqui... Só de Reserva, de área do Estado, de área indígena, tem 8.497.360 hectares. Total do Estado de áreas de Reservas: 23.759.054 hectares. Isso significa 35% de toda área do Estado. Já é Reserva, entre indígena e Parques. Aí você imagina: cada um tem Reserva, cada agricultor tem a Reserva. O passivo, todo mundo tem a Reserva Legal, tem o corte florestal. Se for assentar, se for regularizado, todo mundo tem que...

Então, nós precisamos analisar isso, essa situação do Estado de Rondônia. Estado de Rondônia é o que mais preserva. Eu sou contra invasão de área indígena, sou contra invasão de... Agora, as áreas consolidadas, que já estão derrubadas, que estão há 15, 20 anos lá dentro, não tem volta. Como é que nós vamos...? Nós temos que consolidar isso, porque não tem volta. Esse povo só... Regularizando, só tem benefício para a nação, para o município, para o Estado e para as pessoas que geram emprego e produzem.

Então nós não podemos ser irresponsáveis, mas temos que ser, sim, porque o Estado vem atrasado. As estradas, quem abriu no começo, tudo foram os toreiros. Aí o Estado correu atrás e foi arrumando as estradas.

Então se fosse esperar o Estado fazer as estradas, nós nunca teríamos. Se nós esperássemos o Estado legalizar a terra, para me dar o documento e para eu vir, eu estaria até hoje sem a terra. Eu entrei com picada 27 km. Quem conhece ali, na Garapeira, até lá na linha C-5, em 1977, nós andávamos 27 km, com 50k nas costas para poder ir lá plantar primeira área de cacau. E depois, o documento veio depois 2, 3 anos. Então, se eu esperasse pegar o documento eu nunca iria, não iria começar nunca.

Então nós precisamos aqui analisar cada caso. Eu acho que as áreas consolidadas, que não têm volta, tem que ver a questão passivo-ambiental. Como foi citado, muitos aí, que todo mundo vai ter a questão. E essas Reservas, tem que estudar com carinho cada caso. Eu acho que essas Reservas teriam que ser estudadas, depois fazer uma Audiência Pública, sim, lá em cada lugar.

Agora, desafetar as áreas consolidadas, que o pessoal está lá, tem gente que já é o quarto dono. Não foi ele que desmatou, não. Ele já está lá, ele comprou já, o outro comprou, já vendeu. Então, hoje, não tem volta e essas pessoas adquiriram de

boa-fé. Tenho certeza que não são pessoas bandidas. Eu sou contra se alguém vai lá usar para poder pegar dinheiro. Eu acho muito sério nos chamar, que nós viemos para Rondônia para integrar, depois nos considerar bandidos. Porque se for olhar a história, a história de Rondônia é quase todo mundo, então foi bandido, quando ele veio ser assentado aqui. Porque ele foi lá para dentro sem documento também.

Então eu gostaria que a gente, na Comissão de Redação, Constituição e Justiça, a Comissão de Meio Ambiente, parabenizar o Deputado Chiquinho, Deputado Jean, toda a Comissão, se tiver alguma Emenda, volta para a Comissão de Redação, Constituição e Justiça, e a gente pode analisar.

Eu conheço bem como vivem esses agricultores. Meu pai nos criou na enxada. Com 8 anos de idade eu estava lavrando com o arado. Com 6 anos de idade eu estava em cima de um cavalo, dirigindo o cavalo, com o meu pai lavrando. Então a gente conhece a realidade do homem do campo. A gente tem que dar apoio; não à bandidagem, não. Não ao bandido, não. Nós não concordamos com bandidagem, não, mas concordamos, sim, com os agricultores, as pessoas que precisam de terra para produzir para ele, para a família e para nação. Obrigado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER (Presidente) – Obrigado, Deputado Adelino Follador.

Quero passar aqui a palavra para o Dr. Neidson, nosso representante de Guajará-Mirim, Nova Mamoré, nosso Deputado querido, nosso médico.

O SR. DR. NEIDSON – Bem, boa tarde a todos, já. Presidente, eu só quero fazer um requerimento aí, que sejam realizadas Audiências Públicas nos municípios que serão afetados aí, com relação aos municípios citados nesse projeto de lei, para que possamos, realmente, ouvir a população, tanto dos afetados, como desafetados. Para que não possamos causar injustiça com as pessoas do nosso Estado de Rondônia.

Nós temos aí, o Deputado Jean Oliveira leu no início de sua fala, na abertura desta Audiência Pública, dois Requerimentos do Deputado Jair Montes. Eu pedi a cópia desse Requerimento, da resposta, e ele me disse que ainda não foi respondido. Então eu acredito que tem que ser feita a resposta dos Requerimentos. Estarei encaminhando alguns Requerimentos, também, e peço aí, faço um Requerimento aqui, um pedido à Comissão do Meio Ambiente também, que possam realizar essas Audiências Públicas nos municípios que estão sendo citados nesses projetos de lei, para que possamos realmente ouvir tanto indígenas, como os ribeirinhos, os pecuaristas, agricultores, todas as pessoas afetadas. Seria isso, Presidente. No momento, se fosse ser votado esse projeto eu estaria contra o projeto. A gente tem que ver a real situação de cada um nestas Audiências Públicas. Fica aí o meu pedido.

**(Às 13 horas e 25 minutos, o Senhor Chiquinho da Emater passa a presidência ao Senhor Cirone Deiró)**

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Deputado Dr. Neidson, que é da região, conhece bem a realidade de grande parte da matéria que está sendo debatida. Então fica aí para o nosso *staff* a providência do Requerimento do Deputado Dr. Neidson, para que sejam feitas audiências *in loco* nas regiões que vão ser atingidas tanto pela criação, quanto pela desafetação dessas áreas.

Agora, com a palavra, o nosso querido amigo Deputado Chiquinho da Emater. Deputado Chiquinho, que nós não podemos colocá-lo em região, é do Estado de Rondônia. Com a palavra, Deputado.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Sou de Guajará-Mirim, de Nova Mamoré. Com muita alegria, não é? Eu quero aqui, saudar o nosso Presidente Cirone, está aqui no momento; o Deputado Jean Oliveira, Deputado Follador, deputados que aqui estiveram presentes, Deputado Ezequiel, a Deputada Cassia Muleta, nosso Presidente, o Edson que representa aqui a Faperon. Fizemos um grande trabalho juntos aí no zoneamento, tanto nós como vários deputados juntos, o representante da Defensoria Pública, o Ari, meu colega da Emater. Quero aqui saudar as Associações aqui presentes, do Terra Roxa, aqui da Jaci-Paraná, pessoal de Minas Novas, da Asprumin, pessoal lá da Machado, enfim, saudar todos vocês. As entidades aqui representadas, que representam os povos indígenas, os seringueiros, da pastoral da igreja.

Deputado Cirone, foi muito importante, Presidente, esta Audiência Pública para gente ouvir as partes, Prefeito de Machadinho, ouvir todo mundo. Eu conheço quase todas essas Reservas. Conheço Minas Novas, do trabalho que o produtor fez lá, do trabalho deles de muitos anos; conheço a Resex de Bandeirantes, que está aqui o Presidente; conheço lá a escola Abaitará. Tive o prazer de ajudar a construir aquele belo instituto de ensino, principalmente atendendo aos produtores rurais; conheço a Pau d'Óleo, lá na beira do Guaporé; conheço a Reserva de Bom Jardim, que é aqui perto de Calama; conheço a Reserva lá no Município de Alta Floresta, que é Ilha das Flores; áreas muito importantes do Estado de Rondônia.

Deputado Jean, nós estamos ouvindo todos para poder fazer justiça. Precisamos fazer justiça. Do jeito que está é que não pode ficar. Nós não podemos estar fazendo de conta que as coisas não estão acontecendo. Conheço a situação lá do Bico. Conheço a situação lá do Terra Roxa, que é lá da área, uma parte lá de Campo Novo e a outra de Jaci-Paraná, do Município de Nova Mamoré.

Então nós temos que fazer justiça. Nós temos que ouvir todo mundo. E como o Deputado Follador falou tanto, a gente foi chamado aqui para trabalhar, mas com respeito ao meio ambiente.

Eu acho que o Estado errou e errou muito anteriormente. Deixou as coisas acontecerem de qualquer jeito. E terminou na situação que está aí hoje. Esse projeto, bem trabalhado, traz, sim, paz social. Se ele for — como o Deputado Dr. Neidson falou —, ouvir as comunidades, ele traz, sim, paz social; ele traz desenvolvimento. E é por isso que Assembleia está aqui nesta Audiência Pública, para ouvir todo mundo, todas as partes.

Eu sou contra qualquer coisa que queira entrar nas terras indígenas, que não respeite os seringueiros, que não respeita os ribeirinhos. Nós precisamos fazer um Estado melhor para todos. Queremos construir um Estado que atenda a todos. Agora, também não dá para dizer que o produtor rural, que tanto trabalhou, que tanto construiu, é grileiro de terra. Isso, a gente não pode dizer isso. Acho que nós temos que construir um Estado que possa beneficiar todos. E temos condições para isso. Basta o governo fazer um grande projeto ambiental, delimitar as terras. Porque quando foi criado lá o Parque de

Guajará-Mirim, nem o governo sabe onde é que é o Parque direito. Se fala em 200 mil hectares. Hoje querem ampliar para 226, se não me engano, essa área, onde afeta alguns produtores rurais que ali estão, do Município de Nova Mamoré. E nós não podemos também prejudicar aquelas famílias que ali estão já há bastante tempo. Nós temos que achar soluções. E esta Casa ouviu todo mundo, ouviu todas as partes. Esta Audiência Pública foi muito produtiva, trouxe muitos benefícios aqui para a Casa, porque nós aprendemos, conhecemos o que vocês tanto aqui falaram. Ouvi atentamente o Prefeito de Machadinho, o Prefeito de Buritis, as comunidades, a Neidinha, que falou aqui sobre a defesa do meio ambiente, das comunidades tradicionais. E isso foi um grande enriquecimento aqui para esta Casa. E é isso que nós, esta Audiência Pública teve esse grande objetivo, trazer aqui, para a Casa, conhecimento.

E agora nós temos aí vários Requerimentos. Agora, o Deputado Dr. Neidson, nosso colega parlamentar, fez um Requerimento, a gente já acatou aqui na Mesa. Como os demais também o fizeram. Aqui a Terra Roxa fez, o pessoal de Minas Novas fez. Então a gente vai estudar. Agora é estudar junto com a Sedam, tudo que já foi aqui discutido, Elias. E eu digo que o Governador Marcos Rocha encaminhou um grande projeto, dois grandes Projetos. Que não adianta a gente estar aqui fazendo de conta que as coisas não estão acontecendo, que estão. Então, o Governador quis realmente trazer paz para o campo. E dá para fazer isso sem prejudicar as pessoas que estão lá.

Então, é isso que nós temos que fazer. Agora nessa Comissão do Meio Ambiente, juntamente com todos os deputados. Se tivermos dúvida, convocamos de novo as comunidades, as associações para discutir novamente. A gente não tem muita pressa. A pressa é não errar e a pressa é fazer justiça com todos.

Então, meus amigos produtores rurais, minhas amigas, que Deus abençoe vocês. Sejam todos bem-vindos a esta Casa. A gente está aqui para fazer justiça sem prejudicar ninguém. Então, que Deus abençoe vocês, que tenham um bom retorno a todos. Obrigado.

**(Às 13 horas e 34 minutos, o Senhor Cirone Deiró passa a presidência para o Senhor Jean Oliveira)**

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Chiquinho.

Para fazer uso da palavra, Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES - Deputado Jean Oliveira, em seu nome eu cumprimento os deputados que se encontram aqui conosco, já na reta final desta Audiência Pública; em nome do Dr. Renan Maldonado, eu cumprimento todos os advogados, os que militam na área do Direito; em nome do Defensor Público, Sérgio, cumprimento todas as autoridades que estão aqui conosco; as pessoas que estão nos acompanhando ainda via internet, via TV Assembleia, que está passando ao vivo.

Nós tivemos aqui, Deputado Jean, uma Audiência Pública com bastante informação e é bem claro e notório que, quando você chega no Parlamento, e mais o Parlamento estadual, você vem — ex-vereador Dindin, que está aqui conosco e também conhece muito bem da região ali de União Bandeirantes, aquela região

toda —, a gente vem, a primeira coisa que eu aprendi: não ter medo, não ter medo. E quando não tiver medo, é não ter medo da pressão, de qualquer lado, mas que você faça a coisa com muita responsabilidade. Eu estou deputado, amanhã não serei mais. Estamos deputados, amanhã nem todo mundo que é deputado é eterno. O Parlamento é muito rotatório. A cada 04 anos ele tem as suas mudanças naturais. É claro que tem uns que ainda sobrevivem aí com 4, 5 mandatos, mas depois perde ou depois desiste de ser deputado. E o Parlamento vai se renovando a cada momento, mas o Estado de Rondônia sempre será Estado de Rondônia, o povo de Rondônia sempre estará morando no Estado de Rondônia. As pessoas que nós podemos tanto ajudar, quanto prejudicar, vão sofrer ou vão agradecer. Então, nós seremos sim, no tempo que ficamos no Parlamento, nós temos uma grande responsabilidade, tanto para agora, quanto para o futuro.

Então, as nossas decisões que são outorgadas pelo povo quando recebemos o voto, nós temos que ter muita sabedoria para fazer ela de maneira que cause o mínimo de impacto possível e que alcance o maior número de pessoas possível. Eu fico até preocupado quando vejo uma ativista política que esteve aqui, ou uma ativista ambiental mesmo, falando que temos que apreender todo gado e leiloar. Nós temos que, em primeiro lugar, saber da história daquele povo, como chegou lá. E se pessoas que estão nesses lugares estão mais de 10, 15, 20 anos, a culpa não é delas. A culpa é do Poder Público que deixou ficar. A culpa é do Poder Público que, além de deixar ficar, deixa de qualquer maneira. Eu vi uma frase muito interessante do Secretário do Idaron, que ele fala o seguinte: o papel do Estado é cuidar, o papel do Idaron é fiscalizar e cuidar. Se nós soubermos que nós temos gado na Lua, nós temos que ir lá na Lua dar o melhor tratamento àquelas pessoas e àquele gado também. Porque a obrigação do Idaron é essa. Então, essa é a obrigação do Estado, não é deixar invadir e depois 10, 15 anos, chegar lá e tomar. Porque a pessoa já fez e construiu um patrimônio e a sua vida em cima daquilo ali. Nós falamos hoje para mais de 3 mil famílias que moram nessa região. Nós temos hoje mais de 150 mil cabeças de boi, de gado, é muita coisa. É muita coisa. Nós temos ali produção agrícola.

Então, Deputado Jean, eu sei da responsabilidade da Comissão de Meio Ambiente, da qual o senhor preside, tanto é que nós fizemos Audiência Pública para ouvirmos. Eu, cada vez mais, estou aprendendo e eu quero, quando eu der meu voto, quero dar meu voto de maneira sustentável, voto de maneira justa comigo, de eu colocar a minha cabeça no travesseiro, Doutor, e dormir e dormir em paz. E dormir em paz.

Aqui ouvimos que a Resex de Jaci-Paraná tem estudo, enquanto o Parque de Guajará não tem estudo. Então, isso é muito importante. Eu ouvi de um advogado falando aqui. Então, é muito importante você saber. Com o estudo, você tem todo o impacto ambiental, social, tudo. Então, você consegue ter uma decisão melhor, uma tomada de decisão muito melhor.

Então, eu estou satisfeito daquilo que eu ouvi. Claro que essa discussão daqui, daquilo que eu ouvi aqui, Deputado Jean, ela vai se estender agora na Comissão de Meio Ambiente e depois retornará na Comissão de Constituição e Justiça, de onde eu faço parte também, e ali nós poderemos dar o nosso voto tanto em Constituição e Justiça, como também lá no Meio Ambiente.

E depois, o mais importante é o voto em Plenário, que nós vamos definir como faremos — esse colegiado de deputados, como fará — para que possamos causar o maior impacto possível ao meio ambiente e às pessoas.

No mais, que Deus nos abençoe, que Deus nos dê sabedoria, para que possamos decidir de maneira correta em prol do povo do Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Presidente Jean. Que Deus nos abençoe!

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Jair Montes. O Deputado Jair Montes é líder do governo na Assembleia.

Quero convidar aqui meu amigo, Deputado Alex Redano, que é o próximo Presidente, daqui a alguns dias. Toma posse dia 1º de fevereiro, como Presidente da Casa, e eu tenho satisfação de estar ao seu lado como Vice-Presidente.

Cumprimentar o Deputado... O Vereador... Olha aí, Vereador Bengala, já estou te chamando de Deputado. Não é para você pegar a asa e querer... Fui vereador com o Bengala em 2009 na Câmara de Vereadores de Porto Velho. Seja muito bem-vindo, Bengala, à Assembleia Legislativa. Aqui você tem vários amigos, que te admiram e sabem do quanto você é trabalhador, o quanto você representa a população de Porto Velho.

O SR. JAIR MONTES – Deputado Jean, só completando aqui. Eu não vi o Bengala, que está de máscara. Então, todo mundo de máscara parece o Zorro. O Bengala foi vereador comigo na Câmara Municipal de Porto Velho. Tenho um apreço, um carinho muito grande. É uma pessoa por quem eu tenho um carinho. Parabéns pela tua eleição. Parabéns pela tua recondução ao parlamento mirim da cidade de Porto Velho, da qual eu fiz parte com você, e você é um dos exemplos de vereador que nós temos em Rondônia e em Porto Velho. E obrigado por estar aqui conosco, meu irmão.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputado Alex Redano, com a palavra.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente, meu amigo Jean Oliveira, demais parlamentares presentes. Cumprimentar aqui os nossos prefeitos, os nossos presidentes de associações, todo o público presente que nos acompanha.

E volto ao passado para lembrar a importância deste Parlamento, quando se cogitava a criação dessas Reservas por Decreto, ato unilateral do Governo do Estado de Rondônia. Se não me engano, Deputado Jean, na gestão do Governador Confúcio. Nós, juntamente com o Deputado Jean e alguns parlamentares, apresentamos uma Proposta de Emenda à Constituição, em que Reservas só poderiam ser criadas com a aprovação desta Casa Legislativa.

Então, esse Projeto apresentado e aprovado foi de grande utilidade. Se hoje nós estamos aqui discutindo isso, deve-se muito a esse projeto de lei, porque a princípio seriam criadas Reservas com uma simples — meu Vereador Bengala —, uma simples canetada. E hoje precisa passar aqui por este Parlamento, Parlamento este que está atento às reivindicações da comunidade.

Quero parabenizar o Deputado Jean, o Deputado Jair, o Deputado Adelino, os demais deputados presentes aqui, e

ressaltar a importância da Audiência para nós ouvirmos todos os lados, para formarmos nossa opinião. Eu me preocupo muito com esses projetos, com esse projeto, com o zoneamento. Nós aguardamos esse zoneamento há muitos, muitos anos. E nós não podemos, não poderemos errar. Nós temos milhares de famílias que estão atentas a essa situação, preocupadas. Comunidade Minas Novas. Hoje recebi muitas ligações do Distrito de Jacinópolis, onde eu tenho um carinho muito grande. Está ali o Vereador Chapéu. Eu sou muito grato a Jacinópolis, Chapéu. Fui o deputado mais votado de Jacinópolis. Estou atento a todas as reivindicações da comunidade.

Então, chegou o momento de nós deputados votarmos de acordo com a nossa consciência, mas principalmente ouvindo — meu Prefeito Roni Irmãozinho, Prefeito Leomar, em Machadinho, que se preocupa com as Reservas — e votarmos de acordo também com o clamor popular. Ouvir a população. Eu penso que cada deputado, antes de fechar realmente o seu voto, no mínimo ligar para os amigos, os líderes das regiões que serão afetadas. O nosso setor produtivo é muito forte. O que sustenta o nosso Estado hoje é o setor produtivo. Rondônia não tem grandes indústrias e carece muito do setor produtivo. Eu penso que nós, pessoas públicas, nós políticos devemos pensar muito no setor produtivo antes de tomarmos qualquer decisão. Uma decisão errada aqui neste Parlamento, no governo, pode afetar milhares de famílias em nosso Estado de Rondônia.

Parabenizo mais uma vez, a todos. Estamos à disposição, estamos juntos nesta causa. Muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Alex Redano.

E, nós chegamos assim, ao fim de todos os oradores inscritos. Espero que aqui a gente possa ter dado a oportunidade de fala a todos e, nosso objetivo era justamente esse.

A partir de então, a gente tem um ponto de partida como Comissão de Meio Ambiente, para definir aqui a forma como nós vamos tramitar essa matéria. Iniciamos com essa Audiência Pública e agora, não farei isso de forma monocrática, vou dividir isso com os deputados da Comissão, preferencialmente da Comissão, os membros titulares da Comissão, mas também farei isso com todos os outros. Até para que possamos estar unidos, para que chegue ao plenário aqui em um consenso de votar uma matéria que não tem uma divergência que possa se tornar um palanque político, porque o nosso objetivo não é esse.

É muito bom que a gente esteja votando isso fora de período eleitoral, para que a gente possa fazer isso com consciência, de forma justa. Então, encerro aqui esta reunião.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública.

**(Encerra-se esta Audiência Pública às 13horas e 46minutos)**

**SECRETARIA GERAL****ATO DA SECRETARIA GERAL Nº 15/SG/2020**

Estabelece o Recesso Administrativo na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

**O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Revogar o Ato nº 40/2020-LEG/ALE, e estabelecer o Recesso Administrativo, no período de 23 de dezembro de 2020 a 10 de janeiro de 2021.

Parágrafo único. Para efeitos deste Ato os departamentos essenciais realizarão suas atividades por meio de escala de plantão designado pelo Gestor da pasta.

**Art. 2º.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 15 de dezembro de 2020.

ARILDO LOPES DA SILVA  
Secretário-Geral

**PRIMEIRA SECRETARIA****ATO Nº. 38/2020 – 1ª SECRETARIA /ALE**

Relotação do Servidor Estatutário: **José Moraes da Silva** para desenvolver suas atividades laborais no Departamento de Almoxarifado e Patrimônio.

**O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Inciso II do artigo 16 do Regimento Interno e do Inciso II do Artigo 1º da Instrução Normativa 001 de 30 de maio de 2019 desta Casa de Leis.

**RESOLVE:**

**Art. 1º - RELOTAR** no Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, o servidor estatutário **José Moraes da Silva**, inscrito sob a matrícula nº. 100009408, Agente de Serviços, onde desenvolverá suas atividades laborais.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação e com efeitos legais a contar do dia 10 de dezembro de 2020.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Velho, 10 de dezembro de 2020.

**DEP. ISMAEL CRISPIN**  
1º Secretário/ALE/RO

**DEPARTAMENTO LEGISLATIVO****ATO Nº P 048/2020-LEG/ALE**

Convoca Primeira Sessão Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa Extraordinária da Décima Legislatura para o dia 16 de dezembro de 2020.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO**, no uso de suas atribuições regimentais e, com fulcro no que dispõe o § 6º do art. 2º e art. 111, todos do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Convocar Primeira Sessão Extraordinária da Segunda Sessão Legislativa Extraordinária da Décima Legislatura, para às 15h00m do dia 16 de dezembro do corrente ano, para leitura e deliberação de matérias constantes do Anexo Único deste Ato.

**Art. 2º.** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 16 de dezembro de 2020

**Deputado LAERTE GOMES**  
Presidente – ALE/RO

**ANEXO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16.12.2020**

**1- PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 557/2020 (MENSAGEM Nº 208) - Poder Executivo** que "Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Rondônia para o exercício financeiro de 2021."

**2- PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 916/2020 (MENSAGEM Nº 238) - Poder Executivo**, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, para atender Despesas Correntes com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida e Outras Despesas Correntes e de Capital."

**3- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 78/202** que "Aprova o relatório final e as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Ato nº P/019/2019-P/ALE, que 'Constitui e nomeia membros da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades e práticas abusivas contra os consumidores de energia elétrica no Estado de Rondônia e dá outras providências'"

**ATO Nº 22/2020-MD/ALE**

Nomeia candidatos aprovados em concurso público para ocuparem cargos efetivos do Quadro Permanente de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado Rondônia.

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, § 3º, da Constituição Federal, c/c o art. 11, inciso XII, da Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa), em razão de aprovação obtida no I Concurso Público da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, regido pelo Edital nº 01, publicado no Diário Oficial Eletrônico da ALE/RO nº 78, de 8 de maio de 2018, executado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, de acordo com o Contrato nº 010/2018, apenso ao Processo nº 00014032/2017-34, cujo resultado final consta no Edital de Homologação de Concurso Público, publicado no Diário Oficial Eletrônico da ALE/RO nº 31, de 22 de fevereiro de 2019.

CONSIDERANDO a possibilidade de convocação de concursados para preenchimento de vaga relativa à vacância do cargo de Consultor Legislativo – Assessoramento em Orçamentos,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Ficam nomeados os candidatos constantes do Anexo Único deste Ato para comparecerem à Superintendência de Recursos Humanos da ALE/RO, sito à Av. Farquar, nº 2562, Bairro Olaria – Palácio Marechal Rondon, Porto Velho-RO, munidos de comprovação dos requisitos indicados no item 3.4 do Edital nº 01, de 8 de maio de 2018, por meio da apresentação dos documentos e exames médicos a seguir relacionados.

I - Certificado de Aptidão Física e Mental expedido pela Junta Médica Oficial do Estado de Rondônia, conforme descrito no art. 3º deste Ato e seus subitens, original e 1 (uma) fotocópia;

II - Certidão de Nascimento ou Casamento. Se viúvo, apresentar a Certidão de Óbito; se divorciado, apresentar a Averbação ou Escritura Pública de União Estável, original e 1 (uma) fotocópia;

III - Certidão de Nascimento dos dependentes legais menores de 18 (dezoito) anos de idade, original e 1 (uma) fotocópia;

IV - Cartão de Vacinas dos dependentes menores de 5 (cinco) anos de idade, original e 1 (uma) fotocópia;

V - Cédula de Identidade, original e 1 (uma) fotocópia;

VI - Cadastro de Pessoa Física – CPF (comprovante de inscrição e situação cadastral), original e 1 (uma) fotocópia;

VII - Título de Eleitor, original e 1 (uma) fotocópia;

VIII - Cartão do Programa de Integração Social – PIS ou Programa de Assistência ao Servidor Público – PASEP, original e 1 (uma) fotocópia. Se o candidato nomeado não for cadastrado deverá apresentar declaração de que não os possui;

IX - Certificado de Reservista e/ou Carta-patente para candidatos com idade até 45 (quarenta e cinco) anos, original e 1 (uma) fotocópia;

X - Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Nível Médio ou de Nível Superior, exigido para o cargo, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, original e 1 (uma) fotocópia;

XI - Registro no conselho regional da categoria profissional, quando for o caso, original e 1 (uma) fotocópia;

XII - Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, original e 1 (uma) fotocópia da página de identificação/qualificação civil;

XIII - Fotografia 3x4 atual, 1 (uma);

XIV - Comprovante de conta corrente do Banco do Brasil (pessoa física), caso possua. Se não possuir, declaração para abertura da conta (modelo ALE/RO);

XV - Comprovante de residência (conta de água, de luz ou de telefone), original e 1 (uma) fotocópia, ou declaração de residência (modelo ALE/RO);

XVI - Cópia da Declaração de Imposto de Renda encaminhada à Receita Federal, relativa ao último exercício fiscal. Não possuindo, apresentar declaração de bens e valores que constituam patrimônio (modelo ALE/RO);

XVII - Declaração de não acumulação de outro(s) cargo(s), emprego(s) ou função(ões) pública(s), ou declaração indicando a atividade pública ou particular que o candidato porventura exerça, mencionando o local, cargo, regime jurídico e jornada de trabalho (modelo ALE/RO);

XVIII - Declaração sobre o recebimento de proventos decorrentes de aposentadoria e/ou pensão (modelo ALE/RO);

XIX - Declaração do candidato informando sobre a existência ou não de investigações criminais ações cíveis, penais ou processo administrativo em que figure como indiciado ou parte, emitida pelo próprio candidato;

XX - Declaração de existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do serviço público, nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelo próprio candidato;

XXI - Termo de compromisso de sigilo e confidencialidade das informações (modelo ALE/RO);

XXII - Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo respectivo conselho regional da categoria profissional, quando for o caso;

XXIII - Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral;

XXIV - Certidão Negativa expedida pelo Cartório de Distribuição Cível e Criminal do Fórum da Comarca de residência do candidato, do Estado de Rondônia ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos, originais;

XXV - Certidão Negativa da Justiça Federal da comarca onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos;

XXVI - Certidão Negativa da Justiça Eleitoral (crimes eleitorais);

XXVII - Certidão Negativa da Justiça do Trabalho;

XXVIII - Certidão Negativa da Justiça Militar;

XXIX - Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

XXX - Certidão Negativa do Tribunal de Contas da União;

XXXI - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

XXXII - Certidão Negativa da Fazenda Pública do Estado de Rondônia, expedida pela Secretaria de Estado de Finanças do Estado – SEFIN;

XXXIII - Certidão Negativa da Fazenda Pública Municipal;

XXXIV - Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;

XXXV - Declaração dos entes públicos ou órgãos jurisdicionais em que tenha trabalhado nos últimos 10 (dez) anos, constando a informação de não ter sido demitido, a qualquer título, não ter tido cassada aposentadoria ou disponibilidade. O candidato que não trabalhar no serviço público deverá apresentar declaração de não ter trabalhado em nenhum outro órgão público;

**Art. 2º.** Os exames médicos admissionais, serão realizados pela Junta Médica Oficial do Estado, por meio do Centro de Perícias Médicas Estadual – CEPEM.

§ 1º O candidato deverá efetuar agendamento para entrega dos resultados dos exames e execução do exame médico pericial no CEPEM, situado à Av. Governador Jorge Teixeira, nº 3862, Bairro Industrial, Porto Velho - RO, CEP 76821096 (Anexo à Policlínica Oswaldo Cruz – POC – Bloco Dendê).

§ 2º Os candidatos nomeados deverão realizar os exames médicos e laboratoriais abaixo relacionados:

I - Radiografia Total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para grávidas);

II - Laudo Ortopédico (baseada no exame geral do candidato e na radiografia total da coluna vertebral);

III - Laudo Psiquiátrico;

IV - Laudo Ginecológico incluindo a apresentação de exames de Colpocitologia Oncótica e Parasitária, Ultrassonografia das Mamas (somente para mulheres). Após os 40 (quarenta) anos de idade, a Ultrassonografia das Mamas deve ser substituída pela Mamografia com respectivo laudo do radiologista;

V - Laudo Dermatoneurológico;

VI - Laudo Oftalmológico;

VII - Laudo Cardiológico detalhado no exame geral do candidato e no Eletrocardiograma e com ECG acompanhado da respectiva interpretação;

VIII - Radiografia do Tórax em PA com laudo radiológico (exceto para grávidas);

IX - Sangue: VDRL – Glicemia – Hemograma – Ácido Úrico – Ureia – Creatinina – Lipidograma, Machado Guerreiro (Chagas) – TGP e TGO – HBSag – AntiHBS – AntiHCV;

X - Escarro: BAAR;

XI - Urina: EAS e Toxicologia (cocaína e maconha);

XII - PSA Total (para homens acima de 40 anos);

XIII - Laudo de Clínico Geral baseada no exame geral do candidato e nos exames listados nos incisos IX, X, XI, e XII deste parágrafo.

§ 3º Os exames e os laudos médicos poderão ser realizados na rede SUS como também na rede particular.

§ 4º A Junta Médica Oficial do Estado de Rondônia (CEPEM), no ato da apresentação dos laudos médicos e dos

exames complementares, se julgar necessário, poderá solicitar outros exames que porventura não constem neste Ato.

§ 5º Os resultados dos exames deverão ser apresentados pelo próprio candidato à Junta Médica Oficial do Estado de Rondônia. Sendo considerado apto, será expedido o Certificado de Aptidão Física e Mental, atestando a aptidão do candidato para o exercício do cargo.

§ 6º Os exames terão validade por 90 (noventa) dias. Mamografia por 2 (dois) anos e Colpocitologia Oncótica e Parasitária por 1 (um) ano, a contar da data de suas expedições; Ultrassonografia a critério do perito médico.

§ 7º Os laudos médicos emitidos fora do Estado de Rondônia deverão conter o reconhecimento de firma do médico emissor dos mesmos.

§ 8º Os candidatos nomeados inscritos na condição de pessoa com deficiência deverão comparecer à Junta Médica Oficial do Estado de Rondônia munidos de laudo médico atestando a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência, para que seja determinada sua qualificação como Pessoa com Deficiência (PcD) ou não, e sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não o candidato capacitado para o exercício do cargo, de acordo com os dispositivos legais previstos.

**Art. 3º.** Após a inspeção médica, de posse do Certificado de Aptidão Física e Mental, o candidato deverá ordenar os documentos exigidos no art. 2º deste Ato e apresentá-los à Superintendência de Recursos Humanos da ALE/RO, para fins de efetivação da posse.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Mesa Diretora, 16 de dezembro de 2020.

**Deputado LAERTE GOMES**

**Presidente – ALE/RO**

**Deputada ROSÂNGELA DONADON**

**1ª Vice-Presidente – ALE/RO**

**Deputada CÁSSIA MULETA**

**2ª Vice-Presidente – ALE/RO**

**Deputado ISMAEL CRISPIN**

**1º Secretário – ALE/RO**

**Deputado Dr. NEIDSON**

**2º Secretário – ALE/RO**

**Deputado GERALDO DA RONDÔNIA**

**3º Secretário – ALE/RO**

**Deputado EDSON MARTINS**

**4º Secretário – ALE/RO**

## ANEXO ÚNICO ATO Nº 22/2020-MD/ALE

Inscrição	Nome	Cargo	Especialidade	Classificação
876042254	Almerio Rodrigues De Brito	Consultor Legislativo	Assessoramento em Orçamentos	3º
876013271	Vilmar Vacari	Consultor Legislativo	Assessoramento em Orçamentos	4º

## DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA

À Mesa Diretora  
Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Laerte Gomes  
Presidente da Mesa Diretora  
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Eu, **ADAILTON FÚRIA**, Deputado Estadual, **DECLARO**, nos termos do artigo 83 do Regimento Interno, a minha **RENÚNCIA** do cargo de Deputado Estadual, em caráter irrevogável, a contar de 30 de dezembro de 2020 em virtude da minha eleição para o cargo de Prefeito do Município de Cacoal, na data de 15 de novembro de 2020, com 25.791 votos, pelo Partido Social Democrático.

Porto Velho/RO, 15 de dezembro de 2020.

  
Deputado **ADAILTON FURIA**

PSD

## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO Nº 016 SG-SPO/2020

Abre no Orçamento-Programa Anual da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 430.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei nº 4.709, de 30 de dezembro de 2019, § 1º, do artigo 8º, Lei Orçamentária Anual e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019.

### RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar para atendimento de despesas correntes e de pessoal, conforme discriminação abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
<b>REDUZ</b>				
	<b>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA</b>			
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	339030	0100	430.000,00
		<b>TOTAL</b>		<b>430.000,00</b>

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
<b>SUPLEMENTA</b>				
	<b>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA</b>			
01.001.01.031.2126.2417	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	319011	0100	370.000,00
		339008	0100	30.000,00
		339040	0100	5.000,00
		339093	0100	5.000,00
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	339008	0100	5.000,00
		339046	0100	12.000,00
		339093	0100	3.000,00
		<b>TOTAL</b>		<b>430.000,00</b>

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária no montante acima especificado.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 16 de dezembro de 2020.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral

**ADVOCACIA GERAL****EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 26/AG/ALE/2018**

Processo Administrativo nº 6230/2018 Processo Eletrônico nº. 3322/2020

**Contratante:** Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

**Contratada:** EMPRESAMELO & QUEIROZ LTDA ME.

**DO OBJETO:** O presente TERMO ADITIVO tem por objeto a PRORROGAÇÃO do Contrato n. 26/AG/ALE/2018, referente à contratação de empresa especializada para fornecimento de flores naturais e coroas fúnebres conforme especificações e quantitativos no Termo de Referência.

**DO PRAZO:** Fica estabelecido para o presente **TERMO ADITIVO** o prazo de prorrogação de 03 (três) meses, a contar de 05 de dezembro de 2020 a ultimando-se em 04 de março de 2021.

**DO VALOR:** O valor total do presente termo aditivo é de R\$ 13.202,50 (treze mil, duzentos e dois reais e cinquenta centavos) para cobertura de 03 (três) meses.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do presente contrato serão supridas com a Nota de Empenho n. 2020NE01961, com as seguintes programações:

Programa de Trabalho – 01122102020620000 Elemento de Despesas – 339030  
Fonte – 0100000000

Evento – 400091/UO – 1001

**Parágrafo Primeiro.** Para atender o presente Termo Aditivo, no período de dezembro de 2020, foi emitido Nota de Empenho n. 2020NE01961, emitida em 04/12/2020 (eDOC C5E8B53F).

**Parágrafo Segundo.** Por ocasião do exercício financeiro anual de 2021, haverá posterior complementação de empenho, em relação à despesa autorizada na cobertura correspondente ao restante.

**DISPOSIÇÃO GERAIS:** Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO, o qual depois de lido e achado conforme, segue devidamente assinado pelas partes e registrado à fls. 25 do Livro de Registro de Termo Aditivo do ano de 2020 da Advocacia Geral.

Porto Velho/RO, 04 de dezembro de 2020.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**ARILDO LOPES DA SILVA – Secretário Geral**

**MELO & QUEIROZ LTDA ME**

*Luciléa Melo da Silva Maya*

*Andrea Maia de Queiroz*